

EDILENE TEIXEIRA DE SOUZA

A INFLUÊNCIA DA VITIMIZAÇÃO INFANTIL NO COMPORTAMENTO
DESVIANTE: A PERSPETIVA DOS EDUCADORES

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Porto, 2015

EDILENE TEIXEIRA DE SOUZA

Assinatura_____

A INFLUÊNCIA DA VITIMIZAÇÃO INFANTIL NO COMPORTAMENTO
DESVIANTE: A PERSPETIVA DOS EDUCADORES

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Criminologia sob orientação da Professora Doutora Sónia Caridade.

Agradecimentos

Farei uma releitura do verso de Fernando Pessoa com a finalidade de explicar o que esse momento. Costumo dizer que “Pedras no caminho?, sim guardei todas”. E me lembro de muitas dessas pedras com lágrimas nos olhos. Algumas delas, pesadas demais, tornaram a caminhada muito difícil. Porque chegar até aqui, cruzar um oceano, passar dias e mais dias longe de meu país, e dos meus “tesouros” verdadeiros para alcançar esse sonho (literalmente distante), já me faz sentir parte da realeza. Logo, o CASTELO que eu deveria construir com as pedras que me foram postas, tornou-se um pormenor, quase que insignificante perto de tantas coisas que conquistei e de tantos obstáculos que tive que transpor!

Em Portugal, conquistei pessoas que terão sempre lugar cativo em meu coração. A começar por minha orientadora **Professora Sónia Caridade**, que desde o nosso primeiro contato, mostrou-se polida, séria e não menos afetuosa. Ela me inspirou por sua jovialidade e inteligência e me surpreendeu com sua sensibilidade. Também conquistei uma outra grande amiga, a **Professora Lígia**. Custei a entender quem era o tal “Senhor da Baía”, ao qual ela se referia para me pedir uma Lembrança do Brasil! Bahia é um estado brasileiro muito festivo. Não hesitei! Vou levar a LEMBRANÇA DO SENHOR DO BONFIM mesmo!

Vou guardar para sempre cada canto pelo qual passei! As gírias lusitanas que aprendi! Descobri que legal é “giro” e que bonito pode ser “fixe”. Ou seria o contrário? Bem, acho que terei que voltar a Portugal mais vezes. Algumas peculiaridades da língua precisam ser aprimoradas! Pois como dizem cá no Brasil, “um Português bem dizido no peduvido, ninguém correge”!

Em seguida tenho de agradecer minha maior incentivadora, amiga, parceira e fã número 1. Minha Guerreira, Heroína favorita. Minha mãe, **Dona Maria**! O seu amor,

seu zelo e seu caráter me fizeram chegar até aqui. Aprendi com ela a lapidar as pedras duras que a vida insiste em nos atirar!

Agradeço às minhas irmãs: **Sônia, Regina e Solani**. Meus modelos vivos de Resiliência! Um dia, quero poder chegar nesse patamar de evolução humana. Amo vocês, pelas grandes mulheres que são! E minha irmã caçula **Maria**. Minha confidente, amiga e fiel escudeira.

E por falar em irmã, não me perdoaria se passasse por essas linhas sem mencionar a grande amiga que convivendo diariamente no Brasil, só tive a oportunidade de conhecer e aprender com quantas “risadas” se faz uma amizade, em Portugal. Obrigada **Emília Eufrasio**! Rimos e choramos juntas. Começamos e terminamos essa importante etapa de nossas vidas, sem que nossa vaidade ou nossos egos se tornassem maiores do que nossos valores humanos!

Agradecimento especial também para minhas colegas e entrevistadas do Curso de Especialização em Educação infantil da Universidade de Brasília! Vocês provaram que realmente “amigo é para acudir o outro”(sem trocadilhos!).

São muitas pessoas! E nesse Castelo uma figura se fez presente todos os dias... Minha amiga e irmã de alma: **Marcia Medeiros**. Exemplo de perseverança e humanidade. Não por acaso, madrinha da minha filha!

E por falar em filha! Agradeço a Deus, por me agraciar com um ser único e especial. Alegria nos meus dias mais difíceis! Minha inspiração! Minha Flor de **Liz**. Com ela vivo a experiência mágica do que é sentir o coração pulsar fora do corpo! Perdão pelas ausências nesse período de estudos! Mamãe precisava construir o castelo da princesa! E as pedras eram duras iguais as geleiras da “FROZEN”. Mas agora poderemos cantar juntinhas: “Livre estou! Livre estou!”

E por fim, o único homem nesse clã de grandes mulheres: **Fernando!** Presente que Deus reservou para mim. Amor novo, na medida certa. Meu braço direito na difícil tarefa de lapidar as “pedras do caminho”. Te amo com tudo o que tenho!

E como cada dia tem suas dores e suas delícias, repito o verso com o qual comecei os agradecimentos e agora finalizo.

“Pedras no caminho?”

“Guardo todas, um dia vou construir um castelo...”

(Fernando Pessoa)

PALCO DA VIDA

Você pode ter defeitos, viver ansioso e ficar irritado algumas vezes, mas não se esqueça de que sua vida é a maior empresa do mundo. E você pode evitar que ela vá à falência.

Há muitas pessoas que precisam, admiram e torcem por você. Gostaria que você sempre se lembrasse de que ser feliz não é ter um céu sem tempestade, caminhos sem acidentes, trabalhos sem fadigas, relacionamentos sem desilusões.

Ser feliz é encontrar força no perdão, esperança nas batalhas, segurança no palco do medo, amor nos desencontros.

Ser feliz não é apenas valorizar o sorriso, mas refletir sobre a tristeza. Não é apenas comemorar o sucesso, mas aprender lições nos fracassos. Não é apenas ter júbilo nos aplausos, mas encontrar alegria no anonimato.

Ser feliz é reconhecer que vale a pena viver, apesar de todos os desafios, incompreensões e períodos de crise.

Ser feliz é deixar de ser vítima dos problemas e se tornar um autor da própria história. É atravessar desertos fora de si, mas ser capaz de encontrar um oásis no recôndito da sua alma.

Ser feliz é não ter medo dos próprios sentimentos. É saber falar de si mesmo. É ter coragem para ouvir um "não". É ter segurança para receber uma crítica, mesmo que injusta.

Ser feliz é deixar viver a criança livre, alegre e simples, que mora dentro de cada um de nós. É ter maturidade para falar "eu errei". É ter ousadia para dizer "me perdoe". É ter sensibilidade para expressar "eu preciso de você". É ter capacidade de dizer "eu te amo". É ter humildade e receptividade.

Desejo que a vida se torne um canteiro de oportunidades para você ser feliz... E, quando você errar o caminho, recomece, pois assim você descobrirá que ser feliz não é ter uma vida perfeita, mas usar as lágrimas para irrigar a tolerância. *Pedras no caminho?*

Guardo todas... Um dia vou construir um castelo!

Fernando Pessoa

Dedicatória

Às mulheres da minha vida.

Resumo

Na atualidade a violência é bem visível, tem rosto e invade subjetiva e objetivamente a vida de todos, interferindo nos desejos, nas ações e nas opções tomadas por indivíduos e instituições. Esta investigação, de índole qualitativa, tem como objetivo geral analisar o impacto da vitimização infantil na conduta das crianças, a partir da perspectiva dos educadores que possuem experiência de atuação com turmas de Educação Infantil. Procurou-se ainda identificar os processos interpessoais, a relação existente entre as crianças e seus cuidadores, bem como o meio social em que vivem de forma a refletir sobre os fatores de risco, de proteção e resiliência no desenvolvimento infantil. Para tal recorreremos a uma entrevista semiestruturada, construída para o efeito, e a qual foi conduzida junto de 10 educadoras especialistas na área da Educação Infantil, com idades compreendidas entre os 32 e os 47 anos. Em termos de resultados, as entrevistadas apontaram a negligência parental como um dos tipos de vitimização mais frequentes, identificando-a também como fator de risco e unanimamente admitiram que a vitimização infantil assume formas múltiplas; a grande maioria das entrevistadas considerou existir uma relação positiva entre vitimização infantil e comportamento desviante, ainda que não seja de forma determinante. Tais resultados afiguram-se extremamente relevante na elaboração e implementação de programas de intervenção e prevenção em escolas e trabalhos de apoio junto das famílias, no que se refere aos comportamentos infantis de risco.

Palavras-Chave: Vitimização infantil; Comportamento desviante; Desenvolvimento infantil.

Abstract

Violence is well visible at present, has a face and subjective and objective invades the lives of everyone, interfering with desires, actions and the choices made by individuals and institutions. This research, qualitative, has the objective to analyze the impact of child victimization in the behavior of children, from the perspective of educators who have acting with Childhood Education classes. Likewise, we seek to further identify interpersonal processes, the relationship between children and their caregivers, as well as the social environment in which they live in order to reflect on the risk factors, protection and resilience in child development. To do this we used a semi-structured interview, purpose built, and which was conducted with 10 educators experts in the field of early childhood education, aged 32 between 47. In terms of results, respondents pointed to parental neglect as one of the most common types of victimization, identifying him also as a risk factor and unanimously admitted that childhood victimization takes many forms; the vast majority of respondents believed that exists a positive relationship between childhood victimization and deviant behavior, although not decisively. These results appear to be extremely important in the design and implementation of intervention and prevention programs in schools and auxiliary works with families, with regard to children's risk behavior.

Keywords: Child victimization; Violence; Deviant behavior; Child development.

Índice Geral

Introdução	14
PARTE I - COMPONENTE TEÓRICA	
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEITUAL	
1. A contextualização da criança ao longo da história	17
2. Fatores inerentes ao desenvolvimento da criança	22
2.1. Fatores de risco	22
2.2. Fatores protetivos	31
2.3. Resiliência	35
3. Maus tratos na infância e comportamento desviante: Qual a relação?	44
PARTE II - COMPONENTE EMPÍRICA	
CAPÍTULO I – ESTUDO EMPÍRICO	48
1. Objetivos gerais e específicos	49
2. Método	50
2.1. Participantes	51
2.2. Instrumentos	52
2.3. Procedimentos	53
2.4. Análise dos resultados	54
3. Apresentação dos resultados	56
3.1. Vitimização infantil	58
3.1.1. Os tipos de vitimização mais frequentes	58
3.1.2. Crianças de 0 a 6 anos: A faixa mais vulnerável	59
3.1.3. Rapazes ou raparigas?	60
3.1.4. Os fatores de risco para a vitimização	61
3.2. Influência da vitimização infantil na conduta	62
3.2.1. Repercussões da vitimização no desenvolvimento infantil	62
3.2.2. Relação entre vitimização e comportamento desviante	63
3.2.3. Os fatores que amenizam o problema	64
3.3. Recursos e respostas de combate à vitimização	66
3.3.1. Recursos para combater a vitimização	66
3.3.2. O papel da escola no combate e prevenção do comportamento	67

desviante e da criminalidade	
3.4. Síntese dos resultados	69
4. Discussão dos Resultados	71
5. Conclusão: contributos e limitações do estudo	77
Referências	79
Anexos	88

Índice de Quadros

Quadro 1. *Dados sociodemográficos dos participantes*

Quadro 2. *Categorias, subcategorias e subcategorias específicas de análise*

Índice de Anexos

Anexo I- Guião de entrevista

Anexo II- Consentimento informado

Introdução

A investigação apresentada neste trabalho, buscou caracterizar o impacto da vitimização infantil no comportamento desviante das crianças, levando em consideração os relatos dos educadores, a partir de suas experiências, sejam elas pessoais ou profissionais, decorrentes da atuação com turmas de Educação Infantil. De igual modo, procurou-se identificar os processos interpessoais, bem como o meio social em que vivem de forma a refletir sobre os fatores de risco, de proteção e resiliência no desenvolvimento infantil. O interesse em investigar essa problemática surgiu com a experiência da pesquisadora, que atua há mais de 13 anos com crianças e adolescentes inseridos nos mais diversos contextos e expostos a diferentes situações de risco. Durante todo esse período de experiência profissional, a pesquisadora teve notícia de que alguns alunos que foram expostos a situações como maus tratos, negligência, abandono material e afetivo, além do convívio com pais presidiários, usuários de drogas e outras situações similares, quando não tiveram apoio de outras pessoas, acabaram declinando para condutas desviantes e passaram a compor quadros de criminalidade. Diante destas realidades, é que a pesquisadora se interessou por esse tema de pesquisa, pois acredita que há muito que a fazer pelas crianças e pelos adolescentes, identificando os fatores que os levam aos comportamentos desviantes e quem sabe, a partir dos relatos das profissionais que atuam nessa área, definir meios e alternativas de mudar estas trajetórias, que têm um impacto devastador no desenvolvimento de muitas crianças.

A presente dissertação de mestrado é constituída por duas grandes componentes. A primeira parte é referente à componente teórica, onde no primeiro capítulo aborda-se a constituição da criança em seus diferentes contextos ao longo da história; a problemática da vitimização infantil a partir dos conceitos de fatores de risco, fatores de proteção, resiliência e comportamento desviante. Além disso, alguns dados estatísticos

envolvendo a vitimização infantil foram trazidos como ilustração do problema existente não só no Brasil, como também no mundo todo.

A componente empírica, integra a segunda parte desta tese, iniciando-se com a apresentação dos objetivos, gerais e específicos, seguindo-se o método utilizado, onde se apresentam os participantes, os instrumentos, os procedimentos e a análise dos resultados. Esta parte relativa à investigação efetuada termina com a apresentação dos resultados obtidos e a discussão dos mesmos. E por fim, as considerações finais onde constam as possíveis contribuições e limitações deste estudo.

PARTE I

COMPONENTE TEÓRICA

“Tem dias que a gente se sente, como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente, ou foi o mundo então que cresceu!
A gente quer ter voz ativa, no nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda viva, e carrega o destino pra lá...”

Chico Buarque

Capítulo I: Enquadramento Teórico e Conceitual

1. A Contextualização da criança ao longo da História

Entender o que é ser criança, como elas pensam, sentem e vivem são perguntas muito difíceis de serem respondidas a curto prazo. As respostas geralmente escondem uma armadilha subtil, uma vez que, muitos escritores não fazem diferenciação em relação a essas questões, nem tampouco conseguem perceber a criança como sujeito histórico.

Cohn (2005) alerta para o perigo de uma leitura rápida e ingénuo da infância. Para ela, as ideias estereotipadas da criança, comparadas à de “tábula rasa”, “filhas do pecado”, “habitantes do paraíso”, dentre tantas outras representações, comumente difundidas, deixam transparecer uma imagem negativa de criança. A autora alerta, portanto, para a necessidade de se lançar um olhar sensível para entender a criança e o seu mundo. E afirma categoricamente: “se quisermos realmente responder àquelas questões, precisamos nos desvencilhar das imagens preconcebidas e abordar esse universo e essa realidade tentando entender o que há neles, e não o que esperamos que nos ofereçam” (Cohn, 2005, p. 8).

A infância, nessa perspectiva, deve ser compreendida como um modo particular de se pensar a criança, e não um estado universal, vivida por todos do mesmo modo.

Analisando etimologicamente a palavra infância, conclui-se que a mesma vem do latim, “infantia”, e refere-se ao indivíduo que ainda não é capaz de falar. Essa incapacidade, atribuída à primeira infância, estende-se até os sete anos, que representaria a idade da razão. Percebe-se, no entanto, que apenas a idade cronológica não é suficiente para caracterizar a infância. Nesse sentido, Khulmann (1998, p. 16) afirma:

“Infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e de papel”.

Ainda sobre a contextualização da criança, Philippe Ariès (1978), famoso historiador francês, afirmou que a infância foi uma invenção da modernidade, constituindo-se numa categoria social construída recentemente na história da humanidade. Essa sua afirmação trouxe grandes mudanças na compreensão da infância, já que até então, ela era pensada como uma fase da vida, como qualquer outra, mas que revelada pelas “delícias de ser criança e de habitar no país da infância”. De acordo com Ariès (1978), durante os séculos XVI e XVII, a concepção de infância era centrada na inocência e na fragilidade infantil. Já o século XVIII inaugurou a construção da infância moderna, assumindo o signo de liberdade, autonomia e independência.

Na verdade, o que Ariès quis dizer com a sua afirmação de que a infância foi uma invenção da modernidade, é que a infância que conhecemos hoje foi a criação de um tempo histórico e de condições socioculturais determinadas, sendo equivocada a intenção de se analisar todas as infâncias e todas as crianças sob o mesmo ponto de vista. A partir disso, podemos considerar que a infância muda com o tempo e com os diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, e até mesmo com as peculiaridades individuais.

Para Ariès, o sentimento de infância data do século XIX. Até então, as crianças eram tratadas como adultos em miniatura ou pequenos adultos. Os cuidados especiais que elas recebiam, quando os recebiam, eram reservados apenas aos primeiros anos de vida, e aos que eram mais bem localizados social e financeiramente. A partir dos três ou quatro anos, as crianças já participavam das mesmas atividades dos adultos, inclusive orgias, enforcamentos públicos, trabalhos forçados nos campos ou em locais insalubres, além de serem alvos de todos os tipos de atrocidades praticados pelos adultos, não parecendo existir nenhuma diferenciação maior entre elas e os mais velhos.

Cohn (2005) ressalta o trabalho de Ariès, já que, na opinião desta antropóloga, é importante partirmos da compreensão histórica da infância, uma vez que

contemporaneamente, “os direitos da criança e a própria idéia de menoridade, não podem ser entendidos senão a partir dessa formação de um sentimento e de uma concepção de infância” (Cohn, 2005, p. 22).

A infância, enquanto produção cultural da pós-modernidade, não pode ser pensada como cristalizada ou acabada. Constitui-se mesmo num devir, que incorpora a noção de transformação e dinamismo. Para Jardim (2003, p.28), “a idéia do devir criança nos leva a pensar a subjetividade em territórios para além da visibilidade superficial que nos leva ao tempo cronológico, uniforme e linear”. Coloca-se, então, a necessária compreensão dos diversos sentidos e significados de infância, para contextualizar a criança de hoje, especialmente a criança brasileira.

No Brasil, o cuidado com a infância parece ter realmente começado no século XIX, intensificando-se nos séculos seguintes. Para Fontes (2005), é importante ressaltar que a história da infância no Brasil se confunde com a história do preconceito, da exploração e do abandono, pois, desde o início, houve diferenciação entre as crianças, segundo sua classe social, com direitos e lugares diversos no tecido social.

Concorda com esta leitura Pinheiro (2001), para quem a história de crianças e adolescentes no Brasil tem sua vida social marcada pela desigualdade, exclusão e dominação. Tais marcas acompanham a história do Brasil, atravessando a Colônia, Império e República, conservando ainda hoje a visão da diferença pela desigualdade. Assim, afirma a pesquisadora, “a desigualdade social assume, entre nós, múltiplas expressões, quer se refiram à distribuição de terra, de renda, do conhecimento, do saber e, mesmo, ao exercício da própria cidadania”(p.30).

A história da criança no Brasil é apresentada por Priore (2000), seja quando se discutem condições de vida das crianças européias trazidas para cá no século XVI (Ramos, 2000), seja quando aborda o cotidiano das crianças livres ou escravas no Brasil Colônia e Império (Priore, 2000). A chegada da Modernidade não trouxe muita

diferença para todos os pequenos brasileiros. O sonho de infância feliz não parece ter sido vivido pelas crianças operárias da cidade de São Paulo recém-industrializada (Moura, 2000) ou das crianças trabalhadoras do nosso país (Abreu, 2000; Rizzini, 2000).

No Brasil moderno o termo “menor”, passou a ser utilizado para definir a criança desvalida. Este termo foi inicialmente utilizado para designar uma faixa etária associada, pelo Código de Menores de 1927, às crianças pobres, passando a ter, posteriormente, uma conotação valorativa negativa. Assim, menores eram todos aqueles aos quais a sociedade atribuía um significado social negativo. Menores eram aquelas crianças e adolescentes pobres, pertencentes às famílias com uma estrutura diferente da convencional (patriarcal, com pai e mãe presentes, com pais trabalhadores, com uma boa estrutura financeira e emocional, dentre outros). Caracterizaram-se como "menores" em situação de risco social, aquelas crianças passíveis de tornarem-se marginais e, na condição de marginais, colocarem em risco a si mesmas e à sociedade. Deste modo, tornou-se uma premissa social atender à infância abandonada, pobre e desvalida, mas a partir de uma ótica de superioridade, como se isso significasse uma forma de salvamento ou adequação.

O "menor", por assim dizer, foi entregue à alçada do Estado, que se encarregou de institucionalizá-lo, submetê-lo a tratamentos e cuidados massificantes, cruéis, e preconceituosos. Por entender o "menor" como indivíduo em situação de perigo social e individual, o primeiro Código de Menores, datado de 1927, acabou por construir um conceito de crianças menos humanas, menos crianças do que as outras crianças, quase uma ameaça à sociedade.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, o termo "menor" aderiu conotação mais social, na qual as crianças deveriam ser vistas como sujeito de direitos, com necessidades específicas, decorrentes de seu desenvolvimento

peculiar, e que, por conta disso, deveriam receber uma política de atenção integral a seus direitos.

Hoje se estuda a criança e a infância como categorias construídas historicamente, o que nos abre possibilidades de compreendê-las de modo concreto, na sua expressão de vida. “O tempo linear, cronológico e contínuo é superado por um devir, um tempo que não se esgota em si mesmo”, afirma Figueiredo (1995), referindo-se à temporalidade não linear,

É preciso contar a história de uma vida sem dar a impressão de se estar diante de uma sucessão linear, unidirecional e necessária de momentos, cada um deles sendo tomado como um simples e plenamente significativo "agora". É preciso garantir nesta história lugares para acasos e imprevisíveis, lugares para rupturas, lugares para saltos adiante, para retornos e ressignificações; é preciso evitar a tentação de fazer da existência de alguém um processo meramente aditivo ou subtrativo de atributos que se agregariam ou descartariam de uma substância permanente.

As diferentes concepções existentes sobre a criança na contemporaneidade ocidental, portanto, são peças imprescindíveis para comporem um quadro geral sobre a infância atual e necessitam serem conhecidas e compreendidas dentro do contexto no qual foram produzidas. Tais saberes, devem ser convidados ao diálogo, produzindo frutos que podem ser ricos e oferecerem novos e variados elementos para ajudarem na compreensão e meandros que envolvem a infância.

2. Fatores inerentes ao desenvolvimento da criança

2.1. Fatores de risco

Reppold et al. (2002), relacionam as diferentes situações de estresse pelas quais o ser humano passa ao longo da vida, inclusive as mudanças de ambiente, que geralmente induzem a momentos de grande estresse e influenciam na forma como o indivíduo reage e portanto, podem ser relacionados a uma vasta gama de problemas mentais e físicos. Barnett (1997) ressalta que a criança maltratada pode ter seu desenvolvimento associado à psicopatologia, considerando os castigos um fator de risco muito gravoso, seguido de abusos e negligência, pois trazem malefícios profundamente negativos para a criança. De acordo com este autor, o abuso e a negligência atingem uma variada quantidade de componentes do desenvolvimento infantil, trazendo sequelas de cunho cognitivo, de comprometimento da linguagem, de desempenho escolar e até de desenvolvimento sócio-emocional. O que se depreende da obra deste autor é que as crianças que são maltratadas, na maioria das vezes apresentam dificuldade para regular afeto e desvios no comportamento de maneira geral.

A violência intrafamiliar ou também chamada de violência doméstica, é um problema popularmente conhecido e facilmente difundido pela mídia. Todos os dias, crianças e adolescentes são submetidos, dentro de seus contextos familiares, a situações de violência, que possivelmente poderão acarretar prejuízos para o desenvolvimento infantil. São caracterizados como fatores de risco que prejudicam o desenvolvimento das crianças, todas as formas de violência doméstica, tais como: a negligência, a violência psicológica e a violência física. Importante destacar que dentro da violência psicológica inclui-se a exposição à violência conjugal (Brancalhone, Fogo, & Williams, 2004; Brancalhone & Williams, 2003; Cardoso, 2001; Maldonado & Williams, 2005) e a

violência sexual (Azevedo & Guerra, 1989; Brino & Williams, 2006, Brino & Williams, 2003a; Brino & Williams, 2003b; Deslandes, 1994).

Barnett (1997), aponta que a violência física pode envolver maus tratos no corpo, tais como: espancamento, queimaduras, fraturas, contusões e etc. Nesse sentido, suas conseqüências podem acarretar impactos deletérios no que diz respeito ao desenvolvimento das crianças. Para o autor, as crianças de tenra idade ou bebês acabam sendo os mais vulneráveis no que se refere aos abusos físicos, uma vez que não são capazes de escapar ou denunciar adultos abusivos. E assim, há vários motivos para se acreditar que o número de crianças vitimizadas pode ser bem maior do que o que supostamente se tem, uma vez que em idades menores, as crianças não frequentam escolas e não possuem, por assim dizer, contato diário com professores que poderiam detetar e comunicar suspeitas de abuso e negligência, e também por ser difícil distinguir em crianças pequenas, maus-tratos de injúrias acidentais. É importante lembrar que os maus tratos aparecem como o tipo de violência que mais causa mortes na infância (Azevedo & Guerra, 1995).

Segundo Hughes, Graham-Bermann e Gruber (2001), muitas pesquisas identificam associam as características de personalidade ao comportamento abusivo que apresentam em relação aos seus filhos. Os pais que de alguma forma abusaram fisicamente de crianças mencionaram a raiva como sentimento preponderante e confessaram ter falta de habilidade para dosar essa raiva. Os autores apontam algumas características comuns nos adultos abusadores: dificuldade para lidar com frustrações, baixa auto-estima, severidade, pouca ou nenhuma empatia, uso ou abuso de substâncias químicas, problemas de depressão e enfermidades de modo geral . Ao comparar pais abusivos com pais não abusivos, verificou-se que os pais que abusavam de seus filhos apresentavam dificuldade em compreender a complexidade das relações sociais, em especial, maior dificuldade em compreender seu papel parental e conseqüentemente as

implicações que esse papel tinha na satisfação das necessidades de outra pessoa, que neste caso, eram seus próprios filhos. Outra característica apontada pelos estudos desses autores é que os pais abusadores, geralmente tem uma percepção fantasiosa da realidade e opinião muito negativa em relação aos seus filhos. Não enxergavam prazer em ser pai ou mãe de uma criança, ligando o fato de cuidar e educar à atividade extremamente difícil e estressante. Além disso, os estudos também apontam que os pais abusadores interagem menos com os filhos, se comparados aos pais não abusadores. Outro dado importante é apontado por Williams (2003), ao indicar que pais que possuem algum tipo de deficiência mental apresentam maior probabilidade de serem pais agressores.

Algumas crianças estão mais propensas e vulneráveis a serem vitimizadas na forma de abuso físico. Sobre as características que favorecem essas vulnerabilidades, Hughes et al. (2001) destacam: criança com menos de cinco anos, parto complicado, criança portadora de algum tipo de deficiência mental ou física ou que tenha comportamentos inadequados, conhecidos como indisciplina. Os mesmos autores destacam que algumas variáveis podem fazer com que o número de vitimizações em crianças seja maior ou tenha maior probabilidade de acontecer, quais sejam: convivência familiar violenta dentro de casa ou familiares que vivam em discórdia constantemente; crianças oriundas de famílias com histórias de abuso em várias gerações e baixas condições socioeconômicas. E por fim, Hughes et al. (2001) indicam que a sociedade também exerce influência sobre a vitimização, quando de certa forma aprova que crianças sejam punidas fisicamente por indisciplina e até mesmo por concordar e julgar natural que a distribuição de poder dentro da família e da sociedade não seja igualitária.

A negligência aparece como uma outra forma de vitimização e geralmente ocorre quando uma criança é privada de suas necessidades básicas ou consideradas essenciais para o seu desenvolvimento saudável, que podem ser admitidas como

direitos: de se alimentar, de vestir, de viver em ambiente seguro, de ter oportunidade de estudar e progredir e etc. A falta de cuidados como expressão máxima da negligência pode desencadear problemas de desnutrição, limitações ao desenvolvimento global e até mesmo à morte (Monteiro, Abreu, & Phebo, 1997a).

Outra forma de vitimização que também é alvo de muitos estudos é a violência psicológica. Esta se evidencia em casos de ameaças, submissão do indivíduo há várias formas de humilhação e até mesmo privação emocional. De acordo com França (2003) a violência psicológica pode ser percebida em vários tipos de manifestações. Entre elas, podem estar a morte, o suicídio, o dano ao patrimônio, a agressão à vítima ou familiares, entre outras. Cumpre ressaltar que pesquisas abordando esse tipo de temáticas ainda são recentes (O'Leary, 2001). O Conselho Americano de Pediatria (American Academy of Pediatrics, 2002) reforça os prejuízos da vitimização e os destaca como preponderantes na seguintes áreas: em pensamentos intrapessoais, tais como o medo, a baixa autoestima, as ansiedades, as depressões, os pensamentos suicidas e etc; em termos de saúde emocional, como emoções instáveis, dificuldade para controlar os impulsos e a raiva, uso ou abuso de substâncias e entorpecentes e transtorno alimentar; a terceira área mencionada por essa fonte, refere-se à aspectos de socialização, entre eles, destacam-se os comportamentos antisociais, os problemas relacionados a apego e afeto, à baixa competência social, à pouca simpatia ou empatia pelos outros a delinqüência e a criminalidade); a quarta área que sofre influência da vitimização é a que se relaciona à aprendizagem, e inclui-se a o fracasso escolar e o prejuízo moral), e finalmente, vem a área da saúde física ,onde os indícios se apresentam na forma de problemas no desenvolvimento, alta taxa de mortalidade e queixas somáticas.

Ainda sobre essa temática, a influência que a violência psicológica exerce sobre as crianças, pode ser determinada por questões contextuais, como a intensidade da

violência sofrida, a frequência com que ela ocorre, o grau de gravidade e as formas utilizadas para voltar à normalidade. Além disso, devem ser considerados também as características de personalidade dos cuidadores da criança e dela própria, e também as características do ambiente em que todos estão inseridos. A idade, ou a fase do desenvolvimento da criança também influencia nas consequências relacionadas à violência psicológica (American Academy of Pediatrics, 2002).

Apesar de ser mais frequente, a violência psicológica traz nuances difíceis de se identificar. Ela pode trazer inúmeros malefícios e levar a pessoa a se qualificar com menos valia, tornar-se ansiosa e apresentar quedas de imunidade. Outro dado preocupante indica que pessoas violentadas psicologicamente por muito tempo, tem seu quadro emocional agravado e muitas delas encontram no suicídio uma forma de fuga para acabar com o sofrimento (Ministério da Saúde & Ministério da Justiça, 2001).

São apontados como fatores de risco que colaboram para a violência psicológica praticada pelos pais: habilidades parentais pobres, uso ou abuso de drogas, problemas de depressão, tentativas de suicídio ou outros problemas psicológicos, autoestima baixa, pouca ou nenhuma habilidade social, pais impositores, estresse social, violência doméstica e família desestruturada (American Academy of Pediatrics, 2002).

Para Koller (1999), ainda que a criança não seja vítima direta da violência, o fato de presenciar cenas de agressões constantes no contexto familiar pode acarretar sérios prejuízos ao seu desenvolvimento. Constitui-se, por assim dizer, em um grande fator de risco pelo simples fato de estar exposta às situações violentas, inclusive a violência conjugal.

Sinclair (1985), em pesquisas sobre a violência, observou-se que a violência doméstica é deletéria ao desenvolvimento mental e físico das crianças. Ainda sobre a violência no âmbito familiar, Cardoso (2001) reforça crianças que convivem observam situações de violência dentro de casa conhecerão a dualidade entre os sentimentos de

amor e ódio e suas conseqüentes reações, estarão também passíveis de experienciar conflitos de várias ordens e tudo isso formará um conjunto negativo de vivências. A violência doméstica pode vir acompanhada de diversos fatores negativos como agressões, uso e dependência de drogas e/ou álcool, déficit de atenção ou de aprendizagem que acaba interferindo no baixo desempenho escolar (Brancalhone & Williams, 2003). Também são negativos e aparecem em situações de violência doméstica: a ansiedade, sintomas de depressão, transtornos e queixas somáticas, entre outros (Barnett, 1997; Santos, 2001). Brancalhone, Fogo e Williams (2004) concordam que se a criança assistir a um episódio de violência entre os pais, não raro esses episódios se repetirão por mais vezes e a frequência será cada vez maior.

Para Sinclair (1985), a criança que assiste a violência ou ameaça do pai contra a mãe é uma criança que requer proteção, uma vez que se torna maior a possibilidade dela própria ser violentada ou agredida também. Para Holden et al. (1998), as conseqüências dessa violência marital pode alcançar prejuízos ainda maiores. A mãe agredida pode querer penalizar a criança pela violência a qual ela foi submetida. Além disso, a criança pode acabar se machucando na tentativa de querer defender a mãe das agressões do marido ou companheiro. E, por fim, a mais triste das constatações, segundo Sinclair (1985): a criança que testemunha a agressão contra a própria mãe poderá repetir o mesmo ciclo violento e tornar-se um marido que acha natural agredir a esposa ou companheira, ou uma mulher que sendo submissa ao marido, aceita resignada suas agressões.

Ainda sobre os tipos de violência, destaca-se também a violência sexual. Esta, conforme assevera Crami (2000) é compreendida como toda situação onde um ou mais adultos, sejam eles do mesmo sexo ou não, transformam a criança ou adolescente em objeto para a obtenção de prazer sexual. Esta prática abrange contatos orais, baseados

em conversas telefônicas, mensagens e emails até a imposição de relações sexuais com penetração vaginal, anal ou oral.

Conforme ensinamentos de Monteiro, Abreu e Phebo (1997) a violência sexual pode se manifestar de várias formas. Pode se dar sem que haja contato físico, que é o mesmo que abuso sexual verbal através de conversas telefônicas obscenas, exibicionismo e voyeurismo. Também é considerado como abuso sexual, ainda que sem contato direto, o ato de mostrar fotos ou vídeos pornográficos para crianças, fotografar crianças nuas ou em posições sensuais. A outra forma de manifestação da violência sexual ocorre com contato físico, ou seja, com a utilização de órgãos genitais. Geralmente se evidenciam pela ocorrência de relações sexuais com penetração vaginal, ou tentativa de relações sexuais, carícias nos órgãos genitais, masturbação, sexo oral e penetração anal. Por fim, a última e não menos comum das formas de manifestação da violência sexual pode se dar com a exploração sexual de crianças e adolescentes através da prostituição, visando fins econômicos.

Williams (2002) aponta que os reflexos da violência sexual nas crianças podem começar a dar indícios em pouco tempo. As crianças que sofrem esse tipo de violência podem começar a evidenciar: comportamento sexualizado, ansiedade, depressão infantil, agressividade, queixas somáticas, comportamentos regressivos (encoprese, enurese, choros e birras), auto-lesões, dificuldade de aprendizagem ou vontade de estudar, entre outros. Devem ser observados com intervalo maior de tempo, outros indícios que normalmente evidenciam que se a criança sofreu ou sofre violência sexual. São eles: depressão, ansiedade, prostituição, problemas de ordem sexual, comportamentos promíscuos, abuso de substâncias e entorpecentes, motivações suicidas e etc.

Alguns fatores interferem na descoberta e no combate aos casos de abuso sexual infantil. Sobre esse assunto, Williams (2002) pontua casos em que o abusador é

próximo da criança (pai, padrasto, irmão, tio e etc), quando há mais de um abusador, quando a violência é empregada com grande intensidade, quando o abuso através do ato sexual inclui penetração oral, vaginal ou anal e nesses casos as consequências são piores do que se não houvesse penetração. Além disso, se considera a duração, a frequência com que esses abusos ocorreram e a espécie de suporte oferecido à criança pelo familiar não abusador, geralmente identificado na figura da mãe. Todos esses fatores acabam por influenciar na elucidação e tem relação estreita com a possibilidade de superação da violência por parte da criança.

Uma criança que sofre abuso sexual, pode começar a apresentar diversos sintomas, que por si só não tornam evidente a violência sofrida. No entanto, Caminha (1999) ressalta que os pesquisadores do assunto conseguiram chegar a um mesmo denominador. Contudo, educadores, conselheiros tutelares e profissionais da saúde, ainda não estão preparados e nem possuem formação adequada para identificar e combater a vitimização infantil. Padilha (2002) atenta para a dificuldade em comprovar o abuso sexual sofrido pelas crianças, pois na maior parte dos casos, não restam provas materiais (sangue, roupas, semén) de sua ocorrência que além de dificultar o deslinde da violência, colaboram para que o abusador tenha possibilidades maiores de argumentar que não cometeu o abuso.

Ainda sobre os fatores de risco, Barnett (1997) que a pobreza, a história de vida e personalidade dos genitores, além das habilidades parentais exercidas pelos mesmos, podem estar associadas à incidência de abuso infantil e negligência familiar. A carência de recursos materiais e financeiros, embora não seja fator determinante, é mencionada por que traz consigo diversas situações de estresse, que comprometem a qualidade da vida familiar e o desenvolvimento global infantil. Aiello e Williams (2000) concordam que as desigualdades sociais sejam responsáveis pelo aumento do número de crianças em situação de risco, apenas levando-se em conta o fator econômico.

Segundo dados apontados por Barnett (1997) relacionados aos genitores das crianças vitimizadas, conclui-se que: há uma possibilidade de que 30% dos indivíduos que foram maltratados na infância, reproduzam a violência que sofreram em seus filhos no futuro. Outra triste constatação a que se chega é que 70% dos adultos que agredem suas crianças, também foram agredidos na infância. Outros fatores relacionados à gestação também são apontados e associados ao risco crescente de vitimização, tais como: a gravidez na adolescência, não planejada ou não desejada, falta de suporte social para pais precoces, gestação complicado ou de risco, depressão, ausência de acompanhamento pré-natal, incidência de pais e mães com parceiros múltiplos, expectativas altas ou fantasiosas em relação ao filho e prostituição.

Barnett (1997) aduz que grande parte dos pais trazem consigo características de personalidade que acabam sendo prejudiciais à criança. Apesar disso, a maioria deles não consegue conceber que suas evidências de personalidade interfiram na maneira como cuidam e educam seus filhos. O autor também alerta que pais imaturos são mais egocêntricos e tendem a ser mais agressivos com suas crianças e, além disso, demonstram visão distorcida quanto a compreensão de suas funções enquanto cuidadores. E por fim, no que tange aos papéis desempenhados pelos pais, Barnett (1997) pondera que pais agressores tem dificuldade para ver o lado bom das coisas e se preocupam menos com a educação dos filhos, portanto, trazem consigo alta dose de negatividade, demonstram hostilidade e são mais severos do que os pais não agressores.

Guralnick (1998), em seus estudos, destaca os principais eventos estressores que podem interferir positiva ou negativamente para o desenvolvimento infantil. São eles: as características interpessoais apresentadas pelos pais, tais como sua escolarização, seu arcabouço cultural, suas experiências profissionais, sociais ou familiares, sua maneira de lidar com os filhos e etc; e b) características voltadas ao núcleo familiar e à criança,

por assim dizer, como a qualidade da relação matrimonial, a personalidade da criança, e a existência e utilização ou não das fontes de apoio.

E de maneira suplementar, a literatura nos traz alguns fatores de risco que podem afetar a maturação saudável das crianças: filhos de pais com doença mental (Aiello & Buonadio, 2003; Santos, 2001; Turnbull & Turnbull, 1990; Williams, 2003), filhos de pais que frequentaram pouco a escola, oriundos de famílias numerosas, que tiveram que crescer sem a presença de um dos genitores (por separação do casal ou morte de um dos dois), filhos de mães que sofreram ou sofrem de depressão ou que tem pais dependentes de substâncias e entorpecentes (Barnett, 1997; Fox & Benson, 2003; Guralnick, 1998).

Silva e Hutz (2002) chamam à atenção para os casos em que a criança tenha sido vítima de violência (maus tratos físicos ou psicológicos, violência sexual e/ou negligência parental) e sugerem que esses fatores de risco podem desencadear a prática de transgressões ou comportamentos desviantes, potencializando a probabilidade de que ela venha a naturalizar esses tipos de comportamentos. Nesse sentido, Kumpfer e Alvarado (2003) reforçam que podem ter aumentadas as chances de apresentarem problemas no desenvolvimento e conseqüentemente de comportamento. Problemas como discórdia familiar, ausência de afeto entre pais e filhos, falta de organização, formas de educar ineficientes, estressores de diversas ordens e depressão parental, podem surtir efeitos desastrosos para o futuro das crianças e dos adolescentes.

Pesquisas realizadas pelo Ministério da Saúde (2002) apontam os fatores de risco mais comuns e que prejudicam sensivelmente o desenvolvimento da criança por estarem intimamente ligados ao contexto familiar. Entre as composições familiares que podem ser assemelhadas a fatores de risco estão: as famílias que se pautam na desigualdade para delimitar poder e autoridade; as famílias onde os papéis se confundem e há ausência de limites no que se refere aos filhos; as famílias que convivem em elevado nível de estresse, evidenciado pela falta de diálogo e fortes

índices de agressividade; as famílias fechadas em si mesmas; as famílias com poucas manifestações de carinho entre pais e filhos e por último, as famílias que atravessam momentos conturbados e fragilizadas por separações, crise financeira ou falecimento de um dos membros.

No que tange às crianças, o Ministério da Saúde (2002) considera como fatores relevantes que interferem em seu desenvolvimento o fato de algumas crianças não terem vínculos familiares estabelecidos logo nos primeiros anos ou que por algum motivo tenham sido separadas da mãe, que tenham nascido com doenças congênitas ou crônicas, além de dificuldade de aprendizagem e evasão escolar.

Já na fase de adolescência, a Associação Americana de Psicologia aponta como condutas perigosas: o uso do fumo, o uso e abuso de álcool e/ou drogas, a prática de relações arriscadas e sem uso de contraceptivos, o abandono dos estudos, o uso de armas, as brigas e etc.

E por fim, Fox e Benson (2003) indicam que a comunidade onde as crianças estão inseridas também exerce um papel, traz contributos e se torna fator de influência para o desenvolvimento infantil. Contudo, o nível desta influência é bastante complexo, não linear e mediado pelo comportamento e pela vida familiar. Esses autores pesquisaram os contextos em família e a forma como essas famílias se relacionam com o meio exterior. A partir daí, concluíram que as famílias com características e práticas de educação mais positivas, normalmente tendem a proteger mais os seus filhos. Por outro lado, as famílias que vivem sob égide de diferentes fatores risco acabam por se esquivar dos cuidados e da proteção aos filhos encobrendo a suposta segurança oferecida pela vida comunitária.

2.2. Fatores Protetivos

Ao discorrer sobre os fatores de proteção, Garmezy (1985) ressalta que esses obedecem à seguinte classificação: características de personalidade da própria criança, evidenciadas pelas atividades que exerce e a maneira como as exerce, seu grau de sociabilidade, a maneira como se percebe, seus gostos e aptidões e etc); características de seu contexto familiar, evidenciadas pela manifestação de afeto entre seus membros e inexistência de conflitos, discussões, agressões e negligência e por último, as características das instituições que servem de apoio para a criança e para a sua família, evidenciadas pela maneira como a criança se relaciona com seus pares e pessoas que estão fora do contexto familiar, mas que de alguma maneira são importantes como suporte cultural, educacional ou religioso, etc.

Nesse mesmo contexto, Eckenrode e Gorre (1996), por sua vez, classificam os fatores de proteção em dois grupos: 1) pessoais e 2) recursos do ambiente. Pode-se depreender como fatores pessoais, as condições biológicas, a saúde física e o temperamento, que por sua vez, estão intimamente ligadas às experiências com o ambiente social, com o grau de autoestima e com as relações de confiança estabelecidas. Questões que versem sobre poder aquisitivo, apoio social e afetividade oportunizada pela família, pelos amigos e pelos demais membros significativos do contexto ecológico, são aspectos ligados aos recursos do ambiente.

Tavares (2001), destaca que o apoio social pode ser um dos fatores determinantes da saúde mental, entretanto pondera para as formas às quais o apoio social se apresenta e atua como fator de proteção. Considera, que é a percepção do suporte social que protege os indivíduos contra a desestabilização. Mas apesar disso, o que realmente importa não é apenas o meio socio-ambiental, mas as significações internas do indivíduo tem sobre ele.

Bee (1995), aponta que a família está incumbida de favorecer e proporcionar a de socialização, por se constituir em processo indispensável ao desenvolvimento infantil, e enfatiza que é através da socialização que a criança aprende a ser, aprende a conviver e se torna capaz de viver de maneira saudável em sociedade, de acordo com os valores esperados pela cultura a que pertence.

Reppold et al. (2002) inferem que da mesma forma como o convívio em ambientes hostis e o abandono contribuem negativamente para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, constituindo-se em potencial fator de risco que favorecem o recrutamento de crianças e adolescentes no mundo da criminalidade, também o afeto, a estrutura familiar, os vínculos eficazes, o apoio e o monitoramento parental, por sua vez, se constituem em eficientes fatores protetivos capazes de diminuir probabilidade de crianças e adolescentes aderirem às práticas delituosas e à criminalidade. Nesse sentido, acreditam os autores, que a família pode constituir tanto como fator de risco quanto fator de proteção, vai depender do contexto em que a criança está inserida e o estilo parental utilizado.

Mais uma vez, Gomide (2003) traz suas contribuições de pesquisa, sobre estilos parentais. A autora indica práticas educativas familiares positivas entre elas pode-se citar o a distribuição igualitária de atenção e regalias, a propositura e cumprimento de regras de convivência, a graduação permanente e firme de carinho e apreço, o zelo e interesse colaborativo para com as tarefas acadêmicas da criança, a propositura de momentos de lazer, além do desenvolvimento moral da criança, através de valores como justiça, cooperação, responsabilidade, generosidade e distinção de condutas boas ou ruins ou inibidoras quanto ao uso de drogas, álcool e estimulantes da prática de sexo seguro.

Mais uma vez, Guralnick (1998) contribui para a pesquisa ao assinalar três padrões essenciais para a boa interação familiar: a boa relação entre pais e filhos; a

forma como os pais estimulam os filhos, proporcionando a aquisição de habilidades e competências adequadas que favoreçam a interação com o mundo que os cerca, além do cuidado que a família exerce sobre a criança, zelando por sua saúde e o modo pelo qual a família garante a saúde e a segurança da criança, em cuidados simples que vão desde o ato de levá-la para vacinar até o oferecimento de alimentação. Além disso, Holden et al., (1998) destacam alguns fatores protetivos importantes que podem diminuir consequências negativas na vida futura da criança. Entre eles estão a convivência e interação da criança com pessoas que estejam fora do seu núcleo familiar, o nível de escolarização da mãe e a ausência de quadro depressivo, a adoção de estilo parental adequado, o fortalecimento de vínculos e redes sociais firmemente estabelecidas. Holden et al., (1998) também ressaltam para a importância de se perceber a criança como pertencente e agente participante nas transações familiares, não reduzindo-a a mera espectadora dos acontecimentos ou recipiente passivo de decisões familiares.

Ainda sobre fatores protetivos, Rae-Grant, Thomas, Offord e Boyle (1989), por sua vez, destacam algumas características da criança que a torna menos suscetível ao engajamento em condutas desviantes, como possuir índole positiva, inteligência acima da média e bons desempenhos nas atividades acadêmicas, boa participação, sociabilidade e facilidade para se relacionar, auto-estima e senso de eficácia. Já no contexto familiar, os autores apontam como indícios positivos: o apoio do pai, da mãe ou cuidador e o estabelecimento e cumprimento de regras de convivência familiar. E por fim, os mesmos autores apontam como fatores positivos do ambiente comunitário: as formas de interação que a criança tem com amigos, vizinhos, ou seja, pessoas que estão fora do seu núcleo familiar, com outros adultos importantes dentro de seu contexto (professores, vizinhos, amigos da família) e também com os espaços e instituições das quais participe.

Werner (1998), por sua vez, assinala que as crianças que lidam satisfatoriamente com as adversidades possuem características próprias que as diferenciam das demais. Para o autor, essas crianças tem desenvolvidos o senso de eficácia e autocompetência. Conseguem ser mais perspicazes que outras crianças nas mesmas condições, chamam atenção e impressionam positivamente as pessoas ao seu redor, tem alta capacidade para dirimir conflitos, possuem espírito colaborativo e pedem ajuda se for necessário e trazem dentro de si a confiança de que são capazes de modificar positivamente a realidade que está posta.

A autora assevera que o vínculo afetivo se constitui em fator de proteção muito importante. E mesmo que este vínculo não tenha sido estabelecido com os pais, os cuidadores, avós ou os irmãos podem se constituir igualmente como fatores de proteção para a criança oferecendo suporte importante durante situações de estresse, o que acaba por desenvolver competências e a autonomia da criança. Werner (1998) enfatiza a importância proteção e da coerência na vida das crianças, e afirma que o credo religioso (independente de qual seja a religião) oportuniza à criança a crença de que sua existência tem um porquê de ser. Os círculos de amizades e a escola enquanto espaço social, se incluem nos apontamentos de Werner (1998), e aparecem como fatores protetivos imprescindíveis, uma vez nesses espaços outros vínculos podem surgir, e os educadores podem se constituir em referência pessoal para alunos em situação de risco.

Bolsoni (2000), por seu turno, investigou a relação entre empatia e o número de irmãos, bem como avaliou se o número de irmãos consistia em um elemento de proteção ou de risco. Observou que crianças que tinham muitos irmãos podiam estar em situação de risco no caso de famílias muito pobres, que dividiam entre tantos filhos os poucos recursos que dispunham. No entanto, o cuidado entre irmãos, mesmo nestas famílias numerosas foi considerado como um fator importante de proteção. Bolsoni

(2000) salientou, ainda, que crianças que têm irmãos apresentam maior desenvolvimento emocional e social, especialmente com relação à empatia.

Para Kumpfer e Alvarado (2003), a capacidade que algumas crianças tem de sobrepor situações adversas de violência dependerá de suas características próprias, dos seus pais e do meio em que vivem. Podem estar relacionado ao índice negativo de maus tratos na infância, o fator etário. Ou seja, crianças com menos de 5 anos estão mais propensas à violência doméstica enquanto que a violência com as mais velhas é menos incidente. As práticas parentais eficientes e a saúde mental materna, aparecem como fatores protetivos. Hughes et al. (2001) vão mais longe e acreditam que os suportes sociais também podem ser eficientes no que tange à proteção das crianças expostas à violência .

Para os autores, a família, quando consciente de seu papel social e a capacidade que a criança tem de ser resiliente em situações adversas podem se constituir em diminuição de riscos. E assim, os autores apontam alguns tipos de comportamentos que contribuem satisfatoriamente para a redução de riscos familiares. Entre eles, destaca-se o bom relacionamento entre pais e filhos, estabelecimento e cumprimento de regras igualitárias, acompanhamento familiar, incentivo para a formação de hábitos, valores e atitudes pró-sociais. De acordo com esses autores, são consideradas como práticas positivas para a formação do espírito resiliente, o apoio da família e o incentivo para que as crianças tenham objetivos de vida e persigam seus sonhos apesar de todas as dificuldades.

E por fim, Kumpfer e Alvarado (2003), destaca que sobre os programas de capacitação e terapia familiar como forma de reduzir riscos são meios bastante eficientes no que se refere aos fatores de proteção e reduzem satisfatoriamente os conflitos que comumente surgem na fase da adolescência. Também se conclui como métodos protetivos significativos: o diálogo familiar, o efetivo estabelecimento de

normas no contexto familiar, de forma a não atribuir menos valia a nenhum de seus membros, o desenvolvimento de valores e atitudes, a qualidade do tempo em família como forma de estreitar os vínculos, dirimir conflitos e reduzir os riscos de naturalizar comportamentos inadequados.

2.3. Resiliência

Muitas crianças apresentam problemas em seu desenvolvimento, tanto relacionados à conduta como a desequilíbrio emocional. Tais problemas ocorrem por enfrentamento de eventos estressantes e de risco no seu dia-a-dia. Algumas crianças superam as dificuldades impostas por um ambiente hostil e se desenvolvem dentro de padrões esperados para o seu desenvolvimento, permanecendo na escola, tendo amigos e bom relacionamento familiar. No futuro, serão adultos que encontrarão trabalho e são socialmente competentes e produtivos. Essa forma de lidar com situações difíceis traduziria sua resiliência, pois respondem de modo consistente e positivo aos desafios e às dificuldades, além de reagirem com flexibilidade diante de circunstâncias desfavoráveis, através de uma atitude otimista e perseverante (Tavares, 2001). Para Garmezy (1996), são resilientes, pois a condição de resiliência é definida a partir da compreensão das conseqüências da exposição de adultos e crianças a fatores de risco: alguns poderão desenvolver problemas, outros podem superar as adversidades, adaptando-se ao contexto.

Hutz, Koller & Bandeira, (1996) apontam para crescimento de crianças em situação de pobreza é ressaltado por diversos pesquisadores como uma ameaça ao bem-estar e uma limitação de oportunidades de desenvolvimento. Kim-Cohen, Moffitt, Caspi & Taylor (2004) entendem que a pobreza não é uma variável unitária, mas um conjunto de condições e eventos desfavoráveis que se enlaçam e se acumulam. A UNICEF (2001, p. 27) postula que: "Assim como bem-estar significa mais do que riqueza, pobreza

significa mais do que renda insuficiente para cobrir as necessidades mínimas de uma família".

Embora a literatura seja crescente, ainda existem poucos estudos que relacionam a capacidade de resiliência e o desenvolvimento infantil e apresentem conclusões claras. Novas informações têm surgido recentemente e demonstram que nem sempre a criança que cresce em situações desfavoráveis terá uma vida infeliz. O estudo desenvolvido por Alvaréz, Moraes e Rabinovich (1998) pode ser tomado como exemplo. Os autores constataram que crianças, que tiveram longa permanência em orfanatos, apontaram a instituição como norteadora e mediadora de situações de risco na infância. Atribuíram a ela, auxílio na formação de seus comportamentos, podendo representar a função de parentalidade, ou seja, o exercício educativo de responsabilizar, dirigir e mostrar o caminho. Esta representação positiva da instituição foi possível, porque favoreceu a essas crianças que utilizassem sua capacidade de resiliência.

Carpena (1999) e De Antoni & Koller, (2000) reforçam que o estudo do desenvolvimento humano, com ênfase nos processos evolutivos saudáveis que caracterizam a resiliência, vem sendo o foco no campo das pesquisas em Psicologia do Desenvolvimento. De acordo com Moraes e Rabinovich (1996), a resiliência é necessária para minimizar os efeitos negativos da adversidade e maximizar habilidades para funcionar no mundo onde ela está inserida, que pode ser potencialmente hostil. Dessa forma, a compreensão do termo resiliência, no desenvolvimento, é parte do entendimento e da prevenção de dificuldades psicológicas e de desajustes sociais.

Originariamente, o termo resiliência surgiu na Física e refere-se à "propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora da deformação elástica" (Ferreira, 1975, p. 1223). Um exemplo muito utilizado para representar tal conceituação é o de um elástico que, após uma tensão inicial, volta ao mesmo estado. Na Psicologia, a conceituação do termo resiliência não é

tão precisa como na Física e na Engenharia, principalmente considerando a multiplicidade e a complexidade de fatores e variáveis que devem ser levados em conta no estudo dos fenômenos humanos. Kim-Cohen e seus colaboradores (2004) acreditam que nos últimos dez anos, este construto tem sido muito discutido, levando os pesquisadores a identificá-lo como amplo, polêmico, dinâmico e em fase de construção.

O enfoque da resiliência está dirigido às situações que visam ao estudo do desenvolvimento humano sadio e positivo. Ao considerar a criança como um ser atuante frente ao ambiente, é tomado o pressuposto de que conseqüentemente, quanto mais resistente às condições desfavoráveis e estressantes, mais ativamente desenvolverá estratégias que a beneficiarão.

Apontam pesquisas recentes que enfocam três fontes de resiliência: atributos pessoais, atributos do ambiente e atributos do funcionamento psicológico da criança. Como atributos do ambiente elegem como principal a maternagem competente, que inclui responsividade às necessidades únicas da criança, oportunidade para modelar comportamentos e propiciar o desenvolvimento da criatividade e da expressividade. Uma rede de relações informais, apoio social formal (educação), atividade organizada e fé são outros atributos do ambiente também mencionados.

Em relação aos atributos pessoais, destacam: ausência de deficiências orgânicas, temperamento fácil, idade precoce por ocasião do trauma, ausência de perdas e de separações precoces. Conforme Moraes e Rabinovich (1996), as características do funcionamento psicológico da criança resiliente incluem: inteligência e capacidade de resolver problemas, autonomia ou locus interno de controle, elevada auto-estima, empatia, desejo e capacidade de planejamento, e senso de humor.

Rutter (1987) afirma que a resiliência é um processo que relaciona mecanismos de proteção, que não necessariamente eliminam os riscos, mas encorajam a pessoa a se engajar na situação de superação do mesmo efetivamente.

Uma criança será considerada em situação de risco quando seu desenvolvimento não ocorrer conforme o esperado para sua faixa etária e para os parâmetros de sua cultura (Hutz & cols., 1996). Para Tavares (2001), os "fatores de risco relacionam-se com toda a sorte de eventos negativos de vida, e que, quando presentes, aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais" (p. 24). Um olhar cauteloso e crítico sobre a história da infância demonstra que riscos de todas as espécies de estressores sempre estiveram presentes em qualquer tempo e lugar, o que varia é a construção social do que se constitui como risco (Alves, 2002; Martineau, 1999).

A exposição a fatores de risco pode exacerbar o que a literatura apresenta como condição de vulnerabilidade, contribuindo para a compreensão do que ocorre ao indivíduo em situação de risco (Rutter, 1987). "Se, diante de eventos de risco, um indivíduo desencadeia uma doença, pode ser identificado como vulnerável, porém se consegue dominar a situação através de um comportamento adaptativo positivo, é resiliente" (De Antoni & Koller, 2000, p. 43). De acordo com Hutz e cols. (1996), todos aqueles elementos que potencializam situações de risco ou impossibilitam que os indivíduos respondam de forma satisfatória ao estresse podem remeter à vulnerabilidade. Fatores de proteção, no entanto, podem ser identificados e ativados na situação de risco. Podem não ter efeito na ausência de um estressor, pois sua função é modificar a resposta do indivíduo em situações adversas, mais do que favorecer diretamente o desenvolvimento.

Neste sentido, três aspectos são considerados: 1) um fator de proteção não é necessariamente uma experiência agradável; 2) os fatores protetivos podem não ter efeito algum na ausência de um estressor; e, 3) os fatores de proteção não são somente experiências, mas também as características do indivíduo como pessoa (Rutter, 1987).

Hawley e DeHaan (1996) salientam que a família aparece como fator protetivo e como um fator de risco na literatura. Esta aparente ambigüidade é justificada quando se considera a família como um grupo social básico do indivíduo, cuja função e estrutura são determinantes em seu desenvolvimento. As relações entre pais e filhos são caracterizadas por uma enorme complexidade, sendo, então, indispensável a promoção, por parte dos pais ou cuidadores, de um ambiente incentivador, protetivo e seguro, onde a criança possa aprender e se desenvolver. A família protetiva proporciona o alicerce necessário para sua socialização. A existência de cuidado entre irmãos tem sido apontada pela literatura (Luthar & Zigler, 1991; Werner & Smith, 1992, 1998) como fator auxiliar no processo de socialização da criança, especialmente de raparigas com relação aos irmãos menores. Uma relação constantemente apontada consiste na condição de resiliência com a interação de irmãos, sugerindo que o relacionamento próximo, de parceria e mútua ajuda entre irmãos aumenta a capacidade da pessoa, na idade adulta, de enfrentar adversidades (Werner & Smith, 1992).

No entanto, há controvérsias com relação ao tipo de relação exigida pelas condições socioeconômicas da família para o desenvolvimento destes. Famílias com baixo nível sócio-econômico, com pais desempregados ou empregados em profissões de status baixo, famílias numerosas e ausência de um dos pais podem exigir que irmãos mais velhos tenham que tomar conta dos mais novos para que ambos pais possam lutar pela sobrevivência do grupo.

Luthar e Zigler (1991) enfatizam que crianças pobres apresentam mais condições de desenvolver-se saudavelmente, mesmo quando têm que cuidar de seus irmãos. Tais casos ocorrem quando os pais apresentam atitudes positivas na educação para o sucesso na vida e estimulam a cooperação entre irmãos. A proximidade com os irmãos propicia, ainda, o apoio emocional, estendendo-se, na vida adulta, em maior competência social e iniciativa no auxílio ao outro. Werner e Smith (1992, 1998)

observaram, em seus estudos sobre resiliência e vulnerabilidade, que os irmãos mais velhos dispensavam cuidado ao irmão mais novo, e manifestavam esses cuidados mesmo na vida adulta. Observaram ainda, que os irmãos que apresentavam o sistema de cuidados entre si, continuavam contando com seus irmãos sempre que se deparavam com situações emergenciais. Para Werner e Smith (1992, 1998), aqueles que rompem antigos vínculos familiares manifestaram tendência a problemas múltiplos, como dificuldades financeiras, maritais, alcoolismo, entre outros, o que reforça a idéia de que uma relação duradoura entre irmãos pode funcionar como fator de proteção frente às adversidades da vida. Alguns grupos sociais enfatizam a participação conjunta dos irmãos nas tarefas domésticas, algumas vezes como forma de organização e sobrevivência, outras como uma preservação das tradições do grupo social e evolução histórica (Weisner, 1989).

A investigação sobre cuidados entre irmãos deve levar em conta, no entanto, os efeitos sobre a criança que cuida e sobre a criança que é cuidada. Lordelo e Carvalho (1999) salienta que a criança que cuida de seus irmãos desenvolve-se socialmente, revelando comportamento prosocial responsável, maior autonomia, melhores estratégias cognitivas, responsabilidade social e treinamento em funções que vai desempenhar ao longo de seu ciclo vital. A criança que cuida de seu irmão pode proporcionar ao que é cuidado a sua visão e descrição da realidade, das tradições e da sociedade na qual estão vivendo. A criança que é cuidada proporciona ao que cuida, uma ocasião para praticar suas habilidades sociais (Whittemore & Beverly, 1989). No entanto, o cuidado e a responsabilidade exigida à criança pelo cuidado dos irmãos pode representar sobrecarga e pressão exacerbada.

Um estudo brasileiro revelou características de algumas famílias, nas quais a participação dos irmãos mais velhos em atividades domésticas foi considerada essencial para a manutenção da família. Irmãos mais velhos foram descritos como competentes

agentes socializadores, capazes de orientar, estimular e facilitar a participação dos irmãos menores nas atividades familiares e comunitárias (Ferreira & Mettel, 1999). Esse estudo chama a atenção, no entanto, para fatores sociais e econômicos que interferem na dinâmica familiar e nas práticas educativas das crianças.

Em outro estudo realizado no interior do Rio Grande do Sul, irmãos foram identificados como comportando-se, tanto competitivamente como de forma cooperativa. Os atos de cooperar, dividir, ganhar e perder mostravam modificar pensamentos, expectativas e condutas sociais (Poletto & Koller, 2001). As brigas são um tipo de interação normal em famílias com irmãos, mas parecem menos frequentes, quando o número de irmãos é mais reduzido (Bee, 1996). Essas interações que se baseiam em tocar, empurrar, derrubar são atitudes normais entre irmãos, assim como manter contatos físicos como expressões de afeto (carícias, beijos, abraços, etc.) são elementos naturais na maioria das famílias. A convivência com os irmãos permite dividir, mesmo que contra a vontade, objetos e a atenção de pessoas significativas, mas eles também aprendem a colaborar e a reconhecer quem gosta deles (Pitkeathley & Emerson, 1998).

Segundo Hughes et al. (2001), apesar dos estudos sobre resiliência infantil serem relativamente recentes, o que se conclui é que há poucas pesquisas envolvendo a relação entre violência doméstica e resiliência. O que se observa são manifestações e comportamentos resilientes em crianças que passaram por momentos difíceis, que sofreram abandono e não vivem com suas famílias por algum motivo, que vivem sob condições de miserabilidade, que são prematuras ou que tem os pais separados.

Não é novidade que crianças e adolescentes são submetidos a diferentes modalidades de violência. Estas normalmente se associam compondo uma rede em que se conectam violências do sistema social com as praticadas no nível interpessoal. Na realidade brasileira, considerando a fragilidade das políticas públicas relativas à garantia

de direitos, sobretudo no campo da infância e da adolescência, deve-se sublinhar a perenidade de situações relacionadas à violência estrutural. Mesmo em contextos considerados mais desenvolvidos, com bons indicadores de responsabilidade social, como é o caso da região de Ribeirão Preto, no interior do estado de São Paulo, segundo nossas análises das informações do Conselho Tutelar, perto da metade das notificações feitas a esse órgão (43,4%) dizem respeito à violação de direitos básicos, como educação, saúde e assistência social.

Neste pano de fundo, outra sorte de problemas infanto-juvenis, mais especificamente relacionados à vida no ambiente doméstico, destaca-se. Compondo a categoria dos maus-tratos, estes, além da alta frequência em termos de notificação (44.1%), sobressaem-se por remeterem a situações de violência abusos e negligências associadas a importantes impactos negativos. Acredita-se que estas situações sejam as mais diretamente responsáveis pelos índices de morbi-mortalidade de crianças, sem contar as seqüelas menos evidentes que certamente produzem no plano moral, emocional e relacional dos envolvidos e que, certamente, nem são captadas em sua real extensão e profundidade pelo sistema de proteção e assistência de que dispomos na atualidade.

Conceituando maus tratos, conforme citação de Bringiotti (2000, p.34), é "...qualquer dano físico ou psicológico não acidental contra uma criança, ocasionado por seus pais ou cuidadores, decorrentes de ações físicas, sexuais e/ou emocionais, de omissão ou permissão, e que ameaçam seu desenvolvimento normal tanto físico como psicológico". Esta definição nos permite investigar uma gama variada de situações adversas, como o maltrato físico e/ou psicológico, o abandono emocional, físico e/ou educativo, os abusos sexuais, a corrupção ou estímulo da criança em práticas antisociais e/ou delitivas, etc.

Embora possa-se afirmar que a visibilidade destas problemáticas tenha aumentado ao longo do século XX, no bojo dos movimentos pela garantia de Direitos para a infância e a adolescência e, também, devido à sua gradativa consolidação enquanto objeto de estudos científicos, ainda é grande a resistência ao seu reconhecimento e enfrentamento em nossa sociedade.

Por exemplo: de acordo com pesquisa realizada em vários municípios da região de Ribeirão Preto, constatou-se que os professores/educadores conhecem um número significativo de casos de maus-tratos que, devido à omissão da instituição escolar, são desconhecidos do sistema de proteção e encontram-se sem qualquer forma de acompanhamento. Especificamente na cidade de Ribeirão Preto, concernindo a faixa etária compreendida entre 0 e 6 anos de idade, identificou-se uma prevalência de maus-tratos de 8% que, contrastados à taxa de 0.2% calculada a partir dos dados do Conselho Tutelar, revela que aproximadamente 97% dos casos não são notificados.

Estes dados denotam alguns dos desafios relacionados ao enfrentamento do problema.

3. Maus tratos na infância e comportamento desviante: qual a relação?

Pesquisas realizadas por Widom (1989) sobre as consequências que a violência pode acarretar, apontam que, crianças que sofreram algum tipo de violência física, atendidas por órgãos de assistência social, apresentam duas vezes mais chances de ter sua liberdade cerceada em algum regime prisional pelo cometimento de crimes considerados como violentos do que as demais crianças que não sofreram violência.

Nesse sentido, pode-se concluir que as agressões sofridas pelas crianças podem, de alguma forma, interferir em sua vida futura, apresentando grande possibilidade do engajamento em atividades delituosas ou mesmo na criminalidade. Observa-se a partir

dos estudos realizados pelo autor, que crianças que sofrem agressões dentro de casa são mais passíveis de entrarem para a marginalidade e buscar refúgio morando nas ruas.

Quanto a cometer ou não delitos e infrações, (Kumpfer & Alvarado, 2003) salientam que quanto mais cedo for o contato das crianças com a violência, mais riscos terão de ingressar na criminalidade e tornarem-se dependentes de álcool e drogas. Diante dessas constatações, muitos estudos começaram a surgir com a finalidade de identificar as variáveis e diagnosticar o problema. Reppold, et al. (2002) reforçam os estudos de Loeber e Dishion (1983) onde quatro preditores principais são mencionados: práticas parentais ineficientes, distúrbios comportamentais quando crianças, falta de socialização dentro da própria família e falta de acompanhamento familiar em atividades acadêmicas.

Para Silva e Hutz (2002), também acreditam que as crianças que foram vtimizadas são mais propensas ao risco de cometerem atos infracionais no futuro. A violência sofrida intensifica a possibilidade de a criança maltratada vir a apresentar tais comportamentos. Ainda sobre essa temática, Kumpfer e Alvarado (2003) reforçam a idéia de que famílias desestruturadas, perdas, ausência de afeto e vínculos, depressões e falta de organização podem se constituir em problemas no desenvolvimento e consubstancialmente em fatores de risco bastante relevantes.

Por outro lado, os mesmo autores salientam que famílias estruturadas, com regras estabelecidas e formas eficientes de educação e apoio podem se traduzir na forma mais eficaz de dirimir conflitos e reduzir a possibilidade de crianças e adolescentes ficarem expostos aos fatores de risco. Em pesquisas realizadas a longo prazo com crianças e adolescentes, Kumpfer e Alvarado (2003) indicam que os pais são referências que norteiam o comportamento de crianças e adolescentes e influenciam até mesmo na saúde dos filhos. Essa influência dos pais sobre o comportamento dos filhos, pode ser positiva ou negativa e as pesquisas indicam que a maior parte dos adolescentes

estudados se preocupam com a opinião dos pais em relação aos seus comportamentos, principalmente no tocante ao uso e abuso de substâncias entorpecentes e álcool.

E assim, Kumpfer e Alvarado (2003) salientam que as práticas parentais efetivas e o bom convívio familiar, exercem contributo fundamental para que crianças e adolescentes sejam desestimulados a adotar comportamentos desviantes e prejudiciais à sua saúde e à coletividade. São características do ambiente familiar positivo o bom relacionamento entre pais e filhos, o apoio e suporte familiar em todas as esferas da vida das crianças e jovens, o estabelecimento e cumprimento de regras dentro do convívio familiar, o incentivo e desenvolvimento de valores, hábitos e atitudes positivas.

O problema dos desviantes tem sido comumente encarado a partir de uma perspectiva médica, preocupada em distinguir o indivíduo “normal” do “anormal”. Então a solução seria uma questão de diagnóstico e cura. No dizer de Rosa (1980, pág. 26) o “normal” é um valor social que está ligado a idéia de eficiência. Segundo ele, todo grupo em sua natural vocação de continuidade e consecução de objetivos de bem-estar busca – despercebidamente, ou não – resultados com maior ou menor habilidade. A eficiência condiciona os padrões de normalidade. Dentro dessa linha de raciocínio, o “anormal” seria a perturbação dessa eficiência, algo que incomoda o grupo, que o ameaça em sua organização.

Nessa perspectiva, o “anormal” é o desviante, o que destoa do grupo, desvia-se da orientação seguida pela maioria (não no sentido quantitativo). Velho (1999, p. 17) evidencia essa conotação problemática que se dá à noção de desviante: “a idéia de desvio, de um modo ou de outro, implica a existência de um comportamento ‘médio’ ou ‘ideal’, que expressaria uma harmonia com as exigências do funcionamento do sistema social.”

Para Goffman (1982), o que se espera é que as coisas obedeçam a uma certa regra ou ordem. A regra, como um normativo de conduta, surge para classificar os

comportamentos desviantes. Ou seja, aqueles comportamentos que são distoantes do convencional. E para o autor, as regras de convivência, funcionam como orientações normativas, uma vez que representam o que é supostamente “ bom” para todos. Nesse contexto, quebrar uma regra implica em reparação de prejuízos e aquele que transgide a norma previamente estabelecida, torna-se uma ameaça à sociedade ou à ordem propriamente dita. E assim, o autor explica o surgimento da estigmatização e exclusão de alguns sujeitos que adotam posturas desviantes do padrão, pela própria sociedade.

Percebe-se então que, para Goffman o estigma não é apenas uma questão de separação entre normais e desviantes, e sim de interação de papéis.

A relação entre “normais” e estigmatizados pode ser explicada através do conceito de dominação simbólica, que não é exercida pela força. Segundo Bourdieu (2002), a força simbólica é uma forma de poder que não se expressa pela coação física, mas é eficaz pois desencadeia disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles ou naquelas que, em virtude desse trabalho, se vêem por elas capturados. Em outros termos, ela encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica (no sentido mais amplo da palavra) no imenso trabalho prévio que é necessário para operar uma transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta. Estando dessa forma, internalizada a dominação, é extremamente difícil se libertar dela. Só se poderá ultrapassá-la, quando as vítimas da dominação simbólica — neste caso os desviantes — romperem o “laço” que os une aos dominantes, mudar o seu olhar sobre si mesmo e abandonar o ponto de vista do dominante.

PARTE II

COMPONENTE EMPÍRICA

“Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
Pra melhor juntar as nossas forças
É só repartir melhor o pão.”

Beto Guedes

Capítulo I: Estudo empírico

A investigação é um processo de criatividade, é como na arte, mas com uma diferença, o investigador é um criador altamente reflexivo, é um observador que nunca perde o detalhe do que acontece no seu interior e no exterior (Cáceres, 1998).

O processo de investigação é constituído pelas seguintes fases: fase conceptual, a fase metodológica e a fase empírica (Fortin, 1999).

Este capítulo engloba as duas últimas fases do processo de investigação que são constituídas pelo método, pela definição e caracterização da amostra, pela descrição e fundamentação do método de recolha de dados, pela análise da informação recolhida, pela interpretação dos resultados e sua comunicação.

1. Objetivos gerais e específicos

O presente estudo objetivou investigar as manifestações de vitimização em relação a criança em idade escolar e suas possíveis interferências no comportamento desviante, partindo da perspectiva dos educadores.

Foi objetivo identificar processos interpessoais, a relação existente entre as crianças e seus cuidadores, bem como o meio social em que vivem de forma a refletir fatores de risco, de proteção e resiliência no desenvolvimento infantil e mais específica na sua conduta.

Para identificação e compreensão do fenómeno da vitimização das crianças em seus mais diferentes contextos, recorreremos à entrevista semi estruturada, para que professores atuantes na área da Educação Infantil pudessem relatar as suas experiências e emitir as suas perceções em relação ao problema da vitimização infantil e sua possível interferência nos comportamentos desviantes. A escolha por este instrumento se deu,

pela importância de se ouvir a opinião dos professores, uma vez que são eles agentes transformadores da sociedade.

Com o presente estudo, pretendemos recolher informação útil para a delimitação de políticas de intervenção neste âmbito. De forma mais concreta, os resultados obtidos poderão ser úteis para a elaboração e implementação de programas de intervenção e prevenção em escolas e trabalhos de apoio junto a famílias, no que se refere a comportamentos infantis de risco. O entendimento adequado das relações de afeto e a compreensão adequada do processo de vitimização são pontos fundamentais a serem transmitidos, promovendo os fatores de proteção das crianças e auxiliando também as famílias e os professores no processo de educação e promoção da saúde.

2. Método

O método utilizado neste estudo é o qualitativo com carácter fenomenológico. Neste estudo pretende-se compreender quais são os impactos da vitimização infantil no comportamento de crianças e adolescentes sob o ponto de vista dos profissionais que estão diretamente ligados às crianças na primeira infância, ou seja, os professores de Educação Infantil. Este método implica que o investigador abdique do papel de perito relativamente ao tema estudado e reconheça que o(s) participante(s) possuem experiência sobre um específico fenómeno (Fortin, 1999).

No que diz respeito à análise qualitativa, esta caracteriza-se por ser um processo de análise e interpretação com o objetivo de extrair significado e chegar à compreensão de uma realidade ou fenómeno e consequentemente desenvolver conhecimento empírico com base nas conclusões extraídas dessa mesma análise (Corbin & Strauss, 2008). Desta forma consegue-se dar a importância merecida à informação partilhada pelos participantes.

Trata-se de um estudo do tipo exploratório/descritivo pois tem por objetivo descrever experiências, mais propriamente as percepções que os professores têm acerca da vitimização infantil e suas interferências no desenvolvimento e na conduta das crianças.

2.1. Participantes

“As características da população definem o grupo de sujeitos que serão incluídos no estudo e precisam os critérios de selecção” (Fortin, 1999, p. 133).

Participaram neste estudo 9 educadoras com experiência de atuação com crianças em nível de Educação Infantil, sendo este um dos principais critérios de inclusão na amostra. Mais especificamente, para atingir os objetivos da investigação era necessário que existisse um conhecimento teórico e metodológico sobre crianças em nível de Educação Infantil e que possuíssem experiências diversas em relação à vitimização infantil, motivo pelo qual foram selecionadas professoras especialistas em Educação Infantil. Segundo Morse (1991 cit. in Fortin, 1999, p. 156), *“é mais pertinente em investigação qualitativa ter uma amostra não probabilística mas apropriada, do que ter uma amostra probabilística que não o seja.”*

O grupo entrevistado neste estudo é composto por mulheres, com idades compreendidas entre 32 a 47 anos e possuem mais de dois anos de experiência, atuantes na rede de ensino pública do Distrito Federal, com formação em Pedagogia e em processo de obtenção do título de especialista em Educação Infantil Inclusiva pela Universidade de Brasília/UNB.

As nove participantes estão identificados por: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9 para que a sua identidade seja protegida, resguardando assim os direitos dos participantes ao anonimato e à confidencialidade.

Tabela1*Dados sociodemográficos dos participantes*

Participantes	Idade	Sexo	Estado Civil	Formação Académica	Anos de Serviço
P1	32	Feminino	Solteira	Licenciatura	14
P2	33	Feminino	Casada	Licenciatura	16
P3	41	Feminino	Casada	Licenciatura	14
P4	43	Feminino	Casada	Licenciatura	15
P5	32	Feminino	Casada	Licenciatura	6
P6	33	Feminino	Solteira	Licenciatura	12
P7	45	Feminino	Casada	Licenciatura	27
P8	43	Feminino	Casada	Licenciatura	25
P9	33	Feminino	Casada	Licenciatura	13

2.2. Instrumentos

A técnica de recolha de dados utilizada nesta investigação é a entrevista. Esta técnica caracteriza-se por se apoiar “*nos testemunhos dos sujeitos, não tendo geralmente o investigador acesso senão ao material que o participante consente em fornecer-lhe*” (Fortin, 1999, p.245).

Neste estudo, pretende-se recolher informação sobre a perspectiva dos professores sobre a influência da Vitimização Infantil no comportamento desviante através de uma entrevista semiestruturada que se caracteriza *pela “incorporação de perguntas mais ou menos abertas, no guião. Espera-se que o entrevistado responda livremente a essas perguntas”* (Flick, 2005, p.94). Foi escolhida esta tipologia de entrevista atendendo ao meio utilizado para a recolha de dados - correio de voz (whatsapp). A opção por este meio de recolha prendeu-se fundamentalmente com a dificuldade inicial em conciliar

horários entre a investigadora e as participantes para a realização presencial da entrevista e por limitações temporais.

A entrevista é iniciada por uma pequena introdução onde é referido o título da investigação, o objetivo geral e os objetivos específicos do estudo, de seguida os participantes são esclarecidos sobre o anonimato e a confidencialidade da informação e por último o contacto que os participantes poderiam usar para enviar as dúvidas que surgissem sobre a entrevista e sobre o estudo. A segunda seção da entrevista é destinada à recolha dos dados pessoais, quais sejam: sexo, idade, anos de experiência profissional e habilitações. A terceira seção da entrevista subdivide-se em três partes, a primeira parte sob o título de *Vitimização Infantil*, contém sete questões relativas às experiências relacionadas à vitimização das crianças para as quais os professores lecionavam. A segunda parte, intitulada de *Influência da Vitimização na sua conduta*, contém três questões sobre a relação entre vitimização e comportamento desviante. E por fim, terceira parte, que trata dos *Recursos e Respostas de combate à Vitimização Infantil*, possui quatro questões sobre a eficiência das formas de combate à Vitimização infantil como meio de prevenir a Criminalidade e o Comportamento desviante.

2.3. Procedimentos

O estudo em questão foi efetuado em meio natural, já que este foi definido pela investigadora, ou seja, a investigação está ligada à escola, local onde os professores atuam e onde possivelmente tem experiências e contatos mais próximos com as crianças.

As participantes foram contatadas diretamente na Universidade de Brasília. Inicialmente, foram explanados os objetivos e os passos da pesquisa na forma de Seminário, de maneira que pudessem ficar livres quanto ao desejo ou não de colaborar com a pesquisa. Foram salientados os benefícios desta investigação na Área da

Psicologia Escolar, da Criminologia e na facilitação de Políticas Públicas voltadas à diminuição de estatísticas envolvendo vitimização infantil.

Após explicação detalhada, foi solicitada a autorização da Coordenadora do Curso de Especialização em Educação Infantil (ESDEI) da referida Universidade e verificou-se a disponibilidade de horários para a realização das entrevistas. As nove educadoras foram contatadas pessoalmente na Universidade nos intervalos de suas aulas e também por meio de contato telefônico e de maneira livre foram convidadas a colaborarem com a pesquisa.

Durante estes contatos foram dadas explicações sobre a investigação, indicando o objetivo do estudo, a metodologia utilizada para recolher os dados e as condições éticas que seriam observadas, neste caso, a confidencialidade e anonimato das informações recolhidas. Após termos recebido a resposta dos professores a consentir a participação na investigação procedemos ao envio do consentimento informado e foi marcado pessoal e individualmente um horário para que as entrevistas pudessem ser realizadas sem que isso significasse atrapalhar a rotina das colaboradoras, neste contato foi explicado o objetivo do consentimento informado e a sua importância para o estudo. As entrevistas foram realizadas no mês de maio de 2015 com duração média de 60 minutos, pessoalmente e por meio de correio de voz, tendo sido gravadas e transcritas todas as perguntas e respostas baseadas no guião e nas experiências profissionais das colaboradoras respetivamente.

2.4. Análise dos resultados

Os dados recolhidos através das entrevistas foi sujeito a análise de conteúdo. Esta técnica caracteriza-se por ser *“um conjunto de técnicas de análise das comunicações”* (Bardin, 2011, p.33), técnica esta que permite ao investigador explorar e interpretar e assim *“satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da*

profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis” (Campenhoudt & Quivy, 2008, p.227).

O processo de análise de conteúdo foi iniciado por uma pré-análise, onde se efetuou a escolha dos documentos que seriam submetidos a análise, ou seja, as entrevistas efetuadas aos participantes. Procedemos também à elaboração dos objetivos da investigação, fase esta que está intimamente ligada à anterior, pois é necessário definir os objetivos para que se possa proceder à escolha do método de recolha de dados. A fase seguinte é a exploração do material, esta fase caracteriza-se por ser longa e trabalhosa (Bardin, 2011), onde se efetua a *“decomposição do discurso e identificação de unidades de análise ou grupos de categorização dos fenómenos, a partir da qual se torna possível uma reconstrução de significados que apresentam uma compreensão mais aprofundada da interpretação da realidade do grupo estudado* (Gobbi, Silva, & Simão, 2005, p.70).

Como unidade de análise foi utilizada a frase, de acordo com Roque (1999, p.13), as unidades de análise *“podem ser tanto as palavras, frases, temas ou mesmo os documentos em sua forma integral.”* As unidades de análise desta investigação estão compiladas na matriz conceptual (cf. Anexo III).

3. Apresentação dos resultados

“A minha alma está armada
E apontada para a cara do sossego.
Pois paz sem voz, paz sem voz
Não é paz é medo.”
O Rappa

Este ponto é iniciado pela descrição da categorização, sendo que em seguida serão expostos os resultados obtidos a partir da análise efetuada às categorias.

Como já foi referido, os dados recolhidos através das entrevistas foram sujeitos a análise de conteúdo, análise esta que permitiu a definição das categorias principais das quais emergiram as subcategorias e consequentemente as subcategorias específicas, descritas na tabela seguinte (cf. Tabela 2).

A informação recolhida através da análise de conteúdo tem como objetivo dar resposta aos objetivos da investigação.

Categories	Subcategories	Categories Específicas	Participants (Frequency)
1. Vitimização infantil	1.1 Tipos de vitimização	1.1.1. Maus tratos parentais físicos 1.1.2. Maus tratos parentais psicológicos 1.1.3. Negligência parental 1.1.4. Tráfico de Crianças 1.1.5. Trabalho infantil 1.1.6. Tentativa de abuso sexual 1.1.7. Abandono afetivo e material 1.1.8. Exposição à violência interpuparental 1.1.9. Violência por pares	5p=10x 3p=3x 8p=12x 3p=3x 2p=6x 1p=2x 5p=8x 2p=3x
	1.2 Vitimização mais frequente	1.2.1. Maus tratos parentais 1.2.2. Negligência parental 1.2.3. Violência por pares 1.2.4. Abuso Sexual	4p=7x 7p=12x 1p=2x
	1.3. Formas de maus tratos	1.3.1. Única 1.3.2. Múltipla	1p=1x 8p=11x
	1.4. Faixa etária mais vulnerável	1.4.1. Crianças de 0 a 6 anos 1.4.2. Crianças de 7 a 12 anos 1.4.3. Adolescentes	7p=9x
	1.5. Diferenças de gênero	1.5.1. Rapazes são mais vitimizados 1.5.2. Raparigas são mais vitimizadas 1.5.3. Ambos são vitimizados igualmente	3p=8x 3p=6x 4p=8x
	1.6. Fatores de Risco	1.6.1. Baixo nível socioeconômico 1.6.2. Baixo grau de escolarização dos pais 1.6.3. Familiares encarcerados 1.6.4. Valores Patriarcalistas Conservadores 1.6.5. Desestrutura familiar 1.6.6. Uso de drogas ou bebidas alcoólicas 1.6.7. Desigualdade Social	5p=8x 1p=2x 1p=1x 1p=2x 6p=11x 2p=2x 2p=2x
2. Influência da Vitimização infantil na conduta	2.1. Repercussões da Vitimização no Desenvolvimento Infantil	2.1.1. Insubordinação 2.1.2. Abandono escolar 2.1.3. Baixa autoestima 2.1.4. Dificuldade de Socialização 2.1.5. Problemas emocionais 2.1.6. Agressividade 2.1.7. Desvio de Personalidade 2.1.8. Traumas	1p=2x 2p=3x 3p=6x 5p=8x 6p=8x 4p=9x 2p=3x 2p=4x
	2.2. Relação entre Vitimização infantil e Comportamento desviante	2.2.1. Há relação 2.2.2. Não há relação 2.2.3. Há relação, mas não é fator determinante 2.2.4. Há relação, e consiste em fator determinante	5p=8x 2p=2x 1p=2x
	2.3. Relação entre Vitimização infantil e Criminalidade	2.3.1. A maioria dos vitimizados aderem à criminalidade 2.3.2. A minoria dos vitimizados aderem à Criminalidade 2.3.3. Há relação, mas não é fator determinante 2.3.4. Há relação, e consiste em fator determinante	2p=4x 2p=2x 4p=7x 3p=3x
	2.4. Fatores moderadores	2.4.1. Educação 2.4.2. Políticas Públicas Satisfatórias 2.4.3. Programas Sociais Interventivos 2.4.4. Acesso à Cultura 2.4.5. Escuta Sensível das crianças 2.4.6. Acompanhamento de profissionais da saúde 2.4.7. Envolvimento Efetivo dos Conselhos Tutelares	3p=8x 2p=3x 3p=4x 3p=4x 2p=4x 2p=3x 1p=1x
3. Recursos para combater a Vitimização	3.1 As escolas estão preparadas para combater a vitimização infantil?	3.1.1. Há presença de recursos 3.1.2. Há ausência de recursos 3.1.3. Há Formação dos Educadores 3.1.4. Ausência de Formação dos Educadores	6p=12x 9p=13x
	3.2. Recursos que podem ser ativados no contexto escolar	3.2.1. Procurar apoio do Conselho Tutelar 3.2.2. Fomentar Articulação/Cooperação Família e Escola 3.2.3. Procurar apoio do Serviço de Orientação Educacional 3.2.4. Procurar as Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem 3.2.5. Propor Projetos Interventivos (teatro, palestras, diálogos e etc) 3.2.6. Produzir Registros Documentais	3p=3x 3p=4x 4p=4x 5p=5x 3p=4x 1p=1x
	3.3. Papel da Escola e dos Educadores na prevenção do comportamento desviante de crianças e adolescentes	3.3.1. Estreitar Vínculos 3.3.2. Esclarecer 3.3.3. Promover Experiências Significativas 3.3.4. Dar suporte emocional às crianças e adolescentes 3.3.5. Promover a Socialização 3.3.6. Criar Projetos Interventivos 3.3.7. Praticar a Escuta Sensível 3.3.8. Desenvolver e estimular a afetividade e a Sensibilidade	5p=5x 3p=3x 3p=4x 4p=7x 3p=5x 1p=1x 3p=8x 2p=5x
	3.4. Papel das escolas e dos Educadores na prevenção do comportamento Criminal na idade adulta	3.4.1. Não há papel definido 3.4.2. Promover parceria com Órgãos e Instituições que lidam com esse problema 3.4.3. Dar assistência 3.4.5. Praticar a Escuta Sensível 3.4.6. Possibilitar a Reinserção Social 3.4.7. Desenvolver e estimular a afetividade e a sensibilidade	3p=6x 2p=3x 1p=3x 3p=4x 3p=6x 3p=6x

P= participante ; x = número de vezes que emerge a categoria

3.1. A Vitimização infantil

“Quando criança só pensava em ser bandido
Ainda mais quando com um tiro de soldado o pai morreu
Era o terror da cercania onde morava
E na escola até o professor com ele aprendeu
(...)”
Faroeste Caboclo (Legião Urbana)

3.1.1. Os tipos de vitimização mais frequentes

No que diz respeito aos tipos de vitimização mais frequentes em crianças e adolescentes, todas as participantes partilham da opinião de que os maus tratos, sejam eles físicos ou psicológicos e a negligência parental são os tipos de vitimização mais comuns e perceptíveis.

P5.: “(...)eu acredito que os maus tratos parentais e a negligência parental são assim os dois fatores mais gritantes que eu consigo perceber né? (...)”

P2.: “(...)o mais comum que eu me lembre são os maus tratos parentais..., as crianças que apanhavam::, o uso psicológico, sofriam humilhações, é:: negligência parental, os pais que não cuidavam dos filhos, ou os responsáveis (...)”

Nota-se que algumas entrevistadas (n=3) relacionam o abandono material e/ou afetivo à negligência parental. Vejamos:

P6.: “(...)Na minha realidade, a negligência parental... eu percebo::: todos os dias, porque a gente sabe dos direitos das crianças, as famílias sabem dos direitos das crianças... Mas o que a gente mais percebe é a criança negligenciada::, desde hábitos básicos mesmo de cuidado até abandono de incapazes por conta da correria dos pais, então o principal::: é essa negligência parental mesmo (...)”

3.1.2. Crianças de 0 a 6 anos como: A faixa mais vulnerável

As participantes foram uníssonas (n=9) em afirmar que a faixa etária em que as crianças são mais vitimizadas é aquela compreendida entre 0 (zero) e 6 (seis anos). Apontam como um fator importante a aquisição da linguagem oral, como forma de verbalização e denúncia de maus tratos. Importante destacar que a experiência das participantes se relaciona a crianças compreendidas justamente nessa faixa etária. Logo, as mesmas não teriam como mencionar outra faixa etária.

P9.: *“(...) de bebe até os cinco, seis anos que é até a idade onde eu convivo com eles, que na medida que eles tem a inocência de não reconhecer, e... até onde uma coisa é certa, e até onde uma coisa é errada, eles são mais vítimas de violência, até porque confiam cegamente naquela pessoa que cuida, na pessoa próxima a eles, não conseguindo discernir até onde que aquilo que a pessoa tá fazendo com ele é correto ou errado então, quanto menor mais fácil de ser vitimizados né? (...)”*

P3.: *(...) “A certamente é na... na educação infantil, antes dos quatro anos, não, quatro e cinco anos ainda é... eles tem essa fragilidade, porque a partir daí (acho que) eles já começam a contar as histórias direitinho sabe?(...) a partir dessa idade né? Seis anos, sete anos eles já contam.(...)”*

3.1.3. Rapazes ou Raparigas?

Quando questionadas sobre a diferenciação por gêneros no que se refere à vitimização, ou seja, se era possível afirmar que rapazes são mais vitimizados em relação às raparigas e vice versa, as participantes não chegaram a um consenso. Das 9 entrevistadas, 3 delas acreditam que os rapazes, por serem menos protegidos, acabam sendo mais vitimizados que as raparigas. Outras 2 entrevistadas acreditam que não há diferenciação de gêneros e que tanto meninos como raparigas são igualmente vitimizados. E as demais participantes, acreditam que as raparigas são as mais vitimizadas e atribuem essa maior incidência ao fato da sociedade ainda estar presa a valores machistas na educação de meninos e raparigas.

P4.: *“(...).Eu acho que tanto as meninas são vitimadas, quanto os meninos também são vitimados. É... o que me preocupa muito::, é a consequência:: de toda essa vitimização que a criança tá sofrendo. Mas (eu acredito que) seja igual, tanto as meninas, quanto os meninos (...)”*

P9.: *“(...).Ao meu ver, eu percebo que pode acontecer uma vitimização maior com meninas, por essa... carência de cuidados a mais que um menina precisa ter né? (...)”*

P3.: *“(...) Eu acho que é mais com meninos, os meninos (eu acho) que eles tão...são a grande maioria, as meninas não sei... se pelo fato de ser menina:::, alguém da família acaba ficando, não sei... mais cuidadosa:::, não sei, mas (acho que) é os meninas (...)”*

3.1.4. Os fatores de risco para a vitimização infantil

As entrevistadas elencam várias situações como representativas de fatores de risco: questões socioeconômicas (n=8), grau de maturidade dos pais (n=6), desigualdade social (n= 2), contato com pessoas que são usuárias de drogas (n=6) e bebidas alcoólicas (n=6) ou presas em regime carcerário por algum motivo (n=1). Além dessas questões também é mencionado como potencial fator de risco, o fato de muitas crianças não serem cuidadas por nenhum adulto (n=7) e terem obrigação de cuidar de crianças menores acentuando a exposição aos acidentes domésticos (n=7). E por fim, uma participante destaca o papel da família enquanto fator de risco para as crianças quando se verificam situações de negligência em termos de cuidados e proteção.

P7.: “(...) *tem a ver com a questão por exemplo, de como as pessoas vivem? Da questão econômica, dos pais, das questões socioeconômicas da família, (eu acho que) a questão do... do acesso que essa família tem aos bens públicos, as políticas públicas, a idade desses pais, ao grau de maturidade desses pais, a perspectiva que se tem, sei lá, desses pais, sei lá, de criar seus filhos né? ... a perspectiva que eles tinham ao ter seus filhos, (acho que) é um dos fatores de risco por exemplo, que eu percebi, que as mães muito novas, as mães pré adolescentes, tem muito menos paciência, tem muito menos é... vivência com essas crianças, (acho que) é um fator complicadíssimo... das gerações que a gente tem visto e que tem vivenciado na escola, os pais são muito jovens e... e não sabem como lidar com esses filhos, lidam de uma forma de... e muitas vezes ou de muita dureza com os filhos, ou de deixar pra lá, de negligência mesmo, ou mesmo de não impor limites, não sei se é isso (...)*”

P5: *“(...) Das que eu me lembro, de já ter passado por mim... São as crianças provenientes de famílias que... alguém é usuário de drogas e bebida alcoólica, a... eu não me lembro assim, das minhas crianças que tiveram esses tipos de problema, praticamente todas elas tinha alguém na família ou que bebia demais, ou que bebia e usava drogas e já tinha sido preso (...)”*

3.2. A influência da vitimização infantil na conduta

*“Aos quinze, foi mandado pro reformatório
Onde aumentou seu ódio diante de tanto terror
Não entendia como a vida funcionava
Discriminação por causa da sua classe e sua cor
Ficou cansado de tentar achar resposta (...)”*

Faroeste Caboclo (Legião Urbana)

3.2.1. Repercussões da vitimização no desenvolvimento infantil

Percebe-se pelos discursos das entrevistadas que 5 delas acreditam que a criança que é vitimizada, de certa maneira terá seu potencial transgressor aumentado, e que situações de violência vivenciadas na infância poderão ter reflexos negativos no seu desenvolvimento.

P7: *“Com relação a repercussão (eu acho que) pro desenvolvimento global dessa criança, uma criança que sofre violência, que vive sobre violência, que vive sob tensões, de uma forma global, é perverso pro seu desenvolvimento(...)”*

P9: “(...) dependendo de que tipo de violência ele tá sofrendo ele já se isola e não tem confiança em nenhum colega, ou se tá sendo tratado com violência em casa ele passa a repetir essa violência com os outros (...)”

3.2.2. Relação entre vitimização infantil e comportamento desviante

Observa-se que as participantes reforçam a idéia de que violência gera violência e que possivelmente a criança vitimizada poderá tornar-se um adulto que vitimiza ou tem valores distorcidos. As participantes (n=3) consideram que as crianças e adolescentes vitimizados têm mais probabilidades de ingressar no mundo da criminalidade. Outras (n=4), acreditam que a criança vitimizada poderá aderir à criminalidade, mas a violência que sofreu não é um fator determinante.

P5.: “se a gente pudesse ouvir esses jovens que estão desviando comportamento é::: que estão já:: nessa... nessa fase de... de atingirem a... a... a... outras esferas da sociedade, se a gente for ouvir, se for ter uma investigação sobre como foi a infância desses jovens e com certeza por trás vai estar no passado né? Vai estar é:: a maioria deles com certeza sofreu algum tipo de... de vitimização na infância (...) Já convivi com menores infratores do CAJE também e já tive oportunidades de morar em zonas de favela é:: de tráfico e etc... Então a gente sabe que por trás desses infratores, por trás dessas pessoas, que já estão trazendo risco para a sociedade:::, tem na infância um processo de vitimização sim, então, tem uma influência total::, é:: nesses processos, o que eu não gosto de afirmar é que toda criança que sofre vitimização, vai ser futuramente um jovem.”

P3.: (...)“*as crianças acabam repetindo muitas das vezes o... o... que elas sofreram, ou também acabam descontando nos seus, nos seus próximos pares, digamos assim né? Um pouco disso né? E acaba, realmente virando um ciclo né? (Acho que) tudo que eles sofreram eles passam... seja pras pessoas que convivem com ele, depois pros possíveis filhos que venham a ter.*”(…)

3.2.3. Os fatores que amenizam o problema

Para lidar com a violência, e principalmente, a violência familiar, é preciso reconhecer a complexidade do fenômeno e estar sensibilizado para entendê-lo num contexto social mais amplo. Esta sensibilização, citada 14 vezes em diferentes contextos pelas professoras, envolve a escuta acolhedora dos problemas apresentados pela criança, visão crítica com relação aos comportamentos violentos apresentados em sala de aula, a partir de melhor valorização do professor enquanto profissional da Educação (3P=8x) , respeito aos valores familiares e valorização das famílias e das escolas, por meio de políticas públicas satisfatórias (n=3) e implementação de programas sociais interventivos (n=4). Senão, vejamos:

P6.: “(*...a escola:: é onde a criança as vezes tem a maior liberdade pra tratar desses assuntos e muitos professores não fazem essa escuta sensível, porque não querem se envolver com esses problemas que as crianças trazem desde...(...) então (eu acho que) a escola tem que estar preparada pra ouvir (...)*”

P7.: “(*...a escola pode transformar a vida desses rapazes, pode mostrar um outro mundo pra eles, uma outra esperança, (eu acredito), pra mim a função social da escola é a mobilidade social, econômica, cultural, religiosa(...)*”

Há um consenso entre as entrevistadas (n=6) de que a escuta sensível contribui para a qualidade na educação infantil e enfrentamento de práticas violentas. Ela se efetiva quando o professor observa as representações das crianças para comunicar suas idéias com seus pares, os seus sentimentos, o seu entendimento, a sua imaginação e suas observações, o que pode servir, para o docente, de referência para a tomada de decisões na sua prática no contexto da sala de aula, isso se dá por meio da sensibilidade, espelhamento de sentimentos, empatia e diálogo.

Outro ponto bastante mencionado como forma de amenizar o problema da vitimização infantil, citado pelas educadoras, além de implementação de políticas públicas eficazes (n=2), e valorização da Educação (n=3) seria o estreitamento da escola com redes de apoio cercada de psicólogos, orientadores educacionais (n=2) conselheiros tutelares e até mesmo Ministério público (n=1). Algumas educadoras (n=3) mencionaram que essas redes até existem, mas que ainda há um distanciamento muito grande entre os relatos das crianças e as soluções efetivas.

P5.: *“(...)Algumas políticas públicas seriam interessantes também, como... o que estiver ofertado então assim, (eu penso que) as atividades mais próximas mesmo, alguns movimentos culturais, essa prática de esporte, esses programas que o governo de repente deveria manter ne? E fortalecer, pra poder:: envolver mais a comunidade... (eu acho que) seriam coisas que ajudariam (...)”*

P6.: *“(...)a escola tem que estar preparada pra ouvir, é:: junto com o serviço de:: orientação, o SOE, tem que ter psicólogos na escola pra ouvirem essas crianças e tratarem desses assuntos, tem que ter toda uma rede de saúde e proteção a esses menores (...)”*

3.3. Recursos e respostas de combate à vitimização

“E se lembrou de quando era uma criança
E de tudo o que vivera até ali
E decidiu entrar de vez naquela dança
"Se a via-crucis virou circo, estou aqui(...)"

Faroeste Caboclo (Legião Urbana)

3.3.1. Recursos para combater a vitimização

Foram elencados pelas entrevistadas como recursos que elas conhecem dentro do contexto escolar, que são capazes de fazer frente combatendo ou prevenindo a Vitimização infantil: O serviço prestado pelas Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (n=4), o serviço de Orientação Educacional (n=3) e o trabalho oferecido pelos Conselhos Tutelares (n=3). Além disso, julgaram como importante a adoção de práticas de aproximação entre a família e a escola (n=3), os projetos interventivos (n=5), as palestras a formação de professores (n=3) e a utilização do recurso da arte teatral para colaborar com o trabalho de enfrentamento a todos os tipos de violências (n=3).

P2.: “(...)Dentro da escola (eu acho que) (..) a equipe pedagógica pode auxiliar e a orientação também educacional e fora da escola os conselhos tutelares. (...)”

P5: “(...)Olha tem um recurso que eu também acho muito bacana assim, que fazem as crianças de repente se perceberem, se identificarem, e buscarem solução, que é o próprio teatro. Saber quando você vai pro teatro da escola, com umas histórias

assim... que abordem certos aspectos a violência(eu acho que) é um recurso bem interessante.(...)"

3.3.2. Papel da escola no combate e prevenção do comportamento desviante e da criminalidade

Mais uma vez, as participantes citaram a escuta sensível dos professores (n=3) em relação aos problemas e questões vivenciadas pelas crianças e adolescentes como forma de combater o comportamento desviante.

P5.: "(...)Eu acho que enquanto professor a gente previne::: é:: comportamento desviante, escutando essas crianças, porque a escuta sensível é um fator determinante pra saber o quê que acontece dentro dessas casas:::, o que acontece nas famílias, o que que tá afetando essas crianças, o professor tem que ter sensibilidade, tem que ouvir, é::: como eu falei é::: o caráter psicológico é fundamental, não adianta ensinar a ler, não adianta ensinar escrever se você não ensina a criança a falar sobre seus sentimentos, a se tornar forte enquanto ser humano (...)"

P7: "(...)As crianças que vivem violência simbólica, dificilmente elas vão falar abertamente, você tem que perceber nas sutilezas, no que ela demonstra, na expressividade dela, isso precisa de um olhar sensível, de uma escuta sensível, outra coisa é que é... quando se percebe, que a criança tem ou que vive essa violência, sempre se joga pra outro, ou em alguns casos, os nossos próprios colegas, eles omitem, porque sabem que terão outras implicações, e a escola de uma certa forma se omite de procurar os meios legais, de procurar as redes de proteção, as redes de proteção não tem um trabalho de parceria com a escola, a gente sabe disso (...)"

Também foram unânimes ao afirmarem (n=9) que as escolas não estão preparadas para lidar com essas questões e que muitas vezes a escola não recebe o apoio que merecia para melhorar a qualidade dos atendimentos.

P9.: *“(...)Infelizmente não, (eu acho que) as escolas não estão preparadas, muitas vezes quando observamos e achamos que está acontecendo algum tipo de violência, já não temos bem aonde recorrer, muitas vezes o conselho tutelar é muito difícil, muito... muito falho, não queremos expor ou achar que estamos observando uma coisa e acharmos que está acontecendo e não está então, muitas vezes a escola não tá preparada pra perceber a violência que está acontecendo e mesmo quando percebida, não há tantos órgãos e saídas pra se resolver a questão e fica um pouco de mãos atadas, sem saber como lidar com a situação, sem saber, sem se expor, e sem expor a família. (...)”*

3.4. Síntese dos resultados

A partir da análise dos dados recolhidos a partir das entrevistas, verificou-se que as participantes enfatizam bastante o problema da negligência e dos maus tratos físicos e psicológicos e por diversas vezes relacionam o abandono material e afetivo a uma forma de desdobramento dos maus tratos sofridos pelas crianças. Acentuam que na realidade em que atuam e no contexto escolar para a qual lecionam, essas são as formas de vitimização mais comum. Também concordam que as crianças são submetidas a múltiplas formas de vitimização e excluem a possibilidade de existir uma única forma.

Observou-se também que a faixa etária a qual as participantes se referiam como a mais vulnerável aos diferentes tipos de vitimização era justamente aquela na qual elas atuam diretamente, ou seja, dos 0 a 6 anos. Nesse sentido, justificaram a resposta pelo facto de ser nessa faixa etária em que as crianças são mais dependentes dos adultos e que portanto, não conseguem distinguir com clareza, o que é certo e o que é errado. Também mencionaram a aquisição da linguagem oral como forma eficiente de diminuir os índices de violência, sugerindo que aumentando as capacidades comunicacionais da aumenta a probabilidade de esta mais facilmente denunciar o que lhe acontece. Acreditam que a partir do momento em que a criança é capaz de verbalizar acontecimentos e sentimentos, fica mais fácil identificar sinais de violência.

No que tange aos fatores de risco, as participantes elencaram, diversos fatores entre eles: o uso de drogas e bebidas alcólicas por parte de pais e cuidadores, a existência de familiares presos em sistema carcerário, a carência de recursos financeiros, a sustentação de valores patriarcais (e.g.machismo), a baixa escolarização dos pais ou responsáveis, a desestrutura familiar, ausência de políticas públicas, a separação dos pais. A negligência familiar surge uma vez mais, agora não apenas como um dos tipos de vitimização mas também como fator de risco.

E como reflexo das formas de vitimização, as participantes destacaram que as crianças que sofrem algum tipo de vitimização estão mais propensas a manifestar sentimentos de insubordinação, apatia, baixa autoestima, agressividade, problemas de ordem emocional, dificuldades de socialização e até mesmo dificuldades cognitivas. E nesse aspecto, todas as participantes concordaram que há relação estreita entre a vitimização infantil e o comportamento desviante. Algumas participantes no entanto, acreditam que essa premissa não deve ser determinante, pois a criança pode sofrer intervenções externas que a ajudarão a superar e a diminuir os efeitos da vitimização no seu percurso desenvolvimental. Observa-se que quando a pergunta remete a uma relação

entre a vitimização e a criminalidade, as participantes ficam um tanto quanto receosas e se preocupam e dizem que apesar de ter relação que esse facto não é determinante.

No que concerne à experiência dos educadores, pudemos apurar que é destacado como positiva a criação e o estreitamento de laços entre os professores e as crianças e a viabilização da escuta sensível, possibilitando o acolhimento individualizado de cada criança, bem como o desenvolvimento da afetividade e da sensibilidade.

Ainda sobre as experiências das educadoras, é possível observar que as mesmas se sentem despreparadas para lidar com o problema da vitimização infantil e julgam ser necessária uma formação institucional para enfrentamento do problema, além do fortalecimento das redes de apoio, com a prestação efetiva dos serviços de saúde, psicólogos, orientadores educacionais e até mesmo do poder judiciário.

4. Discussão dos resultados

O artigo 227 da Constituição Federal de 1988, ressalta o dever de todos assegurarem com absoluta prioridade à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de os proteger de situações de negligência, discriminação exploração, violência, crueldade e opressão.

Culpabilizar apenas as famílias é um grande problema quando lidamos com situações que envolvem a violência dentro de casa, pois, além de pouco contribuir para o entendimento dos atos abusivos contra uma criança ou adolescente, prejudica e inviabiliza o diálogo e potencializa a ocorrência de mais violência. Conforme referem Ferreira e seus colaboradores (2009), ao culpabilizar ou patologizar a família, reduzimos o problema que a princípio seria de ordem pública para a esfera individual,

negando o peso das relações sociais na constituição dos problemas. No entanto, isso não significa que os autores de atos violentos não devam ser responsabilizados. A responsabilização, diferentemente da culpabilização, possibilita entender o contexto da violência e dessa forma, permite traçar estratégias que constituam a família na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Dentre as diversas formas de vitimização elencadas durante a entrevista, duas delas se destacaram como uma constante nos discursos das entrevistadas, quais sejam: maus tratos físicos e psicológicos e negligência familiar ou parental. Entende-se com maus tratos parentais físicos, os abusos com uso da força física de forma intencional, não acidental, praticada por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas da criança ou do adolescente, com o objetivo de ferir, lesar ou destruir a vítima (Ministério da Saúde, 2002). É a forma mais visível de violência devido a ocorrência de marcas pelo corpo. O castigo físico recorrente, não severo, é atualmente considerado um ato violento pelos prejuízos futuros, não só físicos, mas psíquicos causados à criança. Mas, para além dos maus tratos físicos, também é bastante citado pelas entrevistadas, a incidência dos maus tratos parentais psicológicos. Estes são caracterizados como tipos de violência que dificilmente são percebidos e constatados e, no entanto, são tão prejudiciais quanto outras formas mais visíveis. Violência psicológica ou abuso psicológico constitui-se em toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes e utilização da criança ou adolescente para atender as necessidades psíquicas do adulto (Ministério da Saúde, 2002). Assim, todas as formas de violência psicológica causam danos ao desenvolvimento e ao crescimento biopsicossocial da criança e do adolescente, podendo provocar efeitos muito deletérios na formação da sua personalidade e na sua forma de encarar a vida. Negligências constituem omissões dos pais ou responsáveis pela criança, quando deixam de promover-lhes as necessidades básicas para o desenvolvimento

físico, emocional e social. O abandono é considerado uma forma extrema de negligência. São formas também de negligência: omissão de cuidados básicos como privação de medicamentos, atrasos na carteira vacinal, falta de atendimento aos cuidados necessários com a saúde, descuido com a higiene, ausência de proteção contra as inclemências do meio, como frio e calor, não- provimento de estímulos e de condições para a frequência escolar (Ministério da Saúde, 2002).

Há um paradoxo muito grande quando se fala em idade ou faixa etária mais vitimizada, de acordo com a percepção das entrevistadas. Resvala nos conceitos de criança e de infância explorados no primeiro capítulo deste trabalho, pois, quanto mais indefesas, quanto mais necessitam de cuidados por parte de outras pessoas, sejam eles pais, cuidadores ou professores, mais essa faixa etária está vulnerável às mais diversas formas de vitimização. As entrevistadas também apontam que enquanto a criança não desenvolve completamente a linguagem, como forma de expressão, a constatação da vitimização é ainda mais difícil. Pontuam a aquisição da linguagem como um divisor de águas na constatação de violência contra a criança.

No que tange a diferenciação por gêneros, observa-se que, desde cedo, rapazes e raparigas são educados para se comportar de maneira diferente no exercício da sexualidade, quanto à carreira profissional, no uso do corpo e nas expressões dos sentimentos. Antes mesmo de nascerem, rapazes e raparigas aprendem o que é ser “homem” e ser “mulher” de acordo com padrões pré-estabelecidos. Esse aprendizado confirma aquilo que Pierre Bourdieu (1992), chama de *habitus*, isso é, um conjunto de disposições psíquicas (coragem, valentia, recato) e corporais (modos de andar, sentar, vestir, fazer sexo) que expressam o conjunto de regras culturais internalizadas. Nesse aspecto de diferenciação da vitimização em relação aos gêneros, o que se observou a partir dos relatos das entrevistadas é que embora nossa sociedade ainda se baseie em valores patriarcais conservadores, não há um consenso das entrevistadas em relação a

prevalência de um gênero sobre o outro no que se refere à vitimização de rapazes e raparigas.

As raparigas, pela maioria das entrevistadas continuam sendo as mais vitimizadas, e dentro de alguns relatos são colocadas como mais frágeis em relação aos rapazes e também por terem que cumprir desde muito pequenas papéis convencionados como estritamente feminino, no âmbito vida doméstica (Bourdieu, 1992). Contudo, três entrevistadas mencionaram o facto de os rapazes serem mais vitimizados uma vez que são menos protegidos que as raparigas dentro do contexto social. Além disso, tem sido documentado que a saúde masculina é construída de acordo com o contexto social e com o que nela significa ser homem. A masculinidade está muitas vezes associada ao correr riscos, submeter-se a situações perigosas e violentas, motivo pelo qual o sexo masculino é mais propenso à vitimação em geral (decorrente do maior envolvimento em situações de violência, alcoolismo e acidentes) (cf. Silvestri & Chrowther-Dowey, 2008).

Em relação aos fatores de risco, conforme estudos realizados por Reichenheim, Hasselmann e Moraes (1999), após um levantamento de 600 trabalhos sobre a violência doméstica, verificou-se que eles podem estar associados aos aspectos pessoais e psicológicos do indivíduo, aos aspectos ambientais e socioeconómicos e culturais das famílias e às características situacionais. O documento do Ministério da Saúde (2001) destaca alguns fatores de risco comumente encontrados em famílias que recorriam à violência como forma de mediar os conflitos: 1) abuso de drogas; 2) alcoolismo; 3) histórico familiar dos pais que sofreram maus tratos, abuso sexual ou rejeição e abandono na infância e na juventude; 4) gravidez não planejada ou negada, 5) pai ou mãe com múltiplos parceiros; 6) ausência ou pouca manifestação positiva de afeto entre pais e filhos; 6) delegação à criança de atividades domésticas ou parentais, 7) ausência de vínculo parental, entre outros fatores.

Também é importante considerar os fatores de risco relacionados à forma como as famílias brasileiras se organizam (Ministério da Saúde, 2001): 1) famílias baseadas numa distribuição desigual de autoridade e poder; 2) famílias cujas relações estejam centradas em papéis e funções rigidamente definidos; 3) famílias onde não há nenhuma diferenciação de papéis, levando a ausência de limites entre seus membros; 4) famílias com nível de tensão permanente, que se manifesta através da dificuldade de diálogo e descontrole da agressividade; 5) famílias com estrutura de funcionamento fechada, em que não há abertura para contatos externos; 6) famílias em situação de perdas ou de crise (separação do casal, desemprego, morte entre outros.)

Há um consenso entre os profissionais da educação, em acreditar que as repercussões da vitimização infantil podem trazer consequências desastrosas e por isso, são alvos de grande preocupação. Como já se tem o conhecimento, toda a aprendizagem se processa numa interação entre as condições internas da criança ou adolescente, as condições externas do meio físico e social e os objetos do conhecimento, representados pela leitura, escrita, valores e atitudes que circulam na escola. No caso de haver um ambiente familiar, escolar ou social atravessado por situações de violência, seu reflexo ocorrerá de alguma forma.

Seguindo entendimento de Sinclair (1985), os traumas, as limitações circunstanciais, e o clima de tensão são fatores que contribuem para que a criança cresça menos moral e culturalmente e há uma grande possibilidade dela reproduzir os comportamentos violentos aos quais foi submetida.

Outro aspecto mencionado como repercussão da vitimização é a agressividade. A agressividade é um impulso nato, essencial à sobrevivência, à defesa e à adaptação dos seres humanos (Freud 1980, citado por Koller, 1999). É um elemento protetor que possibilita a construção do espaço interior do indivíduo, promovendo a diferenciação entre o “eu” e o “outro”. Ao contrário da violência, a agressividade se inscreve dentro

do próprio processo de constituição da subjetividade. A transformação da agressividade em violência é um processo ao mesmo tempo social e psicossocial para o qual contribuem as circunstâncias de vida, o ambiente cultural, as formas de relações primárias e comunitárias e também as indiossincrasias dos sujeitos (Minayo, 2009).

O que se pode inferir com base nos relatos das educadoras é que nem sempre as repercussões da vitimização na vida das crianças e adolescentes é algo fácil de ser identificado, pois cada criança terá um modo particular de expressar a maneira como a violência a afetou. Contudo, há um consenso entre elas de que as várias formas de violência podem acarretar danos físicos, emocionais, psicológicos e cognitivos, alterando a sensibilidade da criança ou do adolescente e a forma deles lidarem com os problemas.

De acordo com Minayo (2009, p. 25), por ser histórica e por ter a cara da sociedade que a produz, a violência pode aumentar ou diminuir pela força da construção social. Suas formas mais cruéis – que ocorrem nos níveis coletivos, individuais e privados – precisam ser analisadas junto com as modalidades mais subtis, escondidas e simbólicas, de forma muito profunda e aberta, para que todos possam colaborar. Afinal, todos são atores e vítimas.

Pese embora as entrevistadas serem uníssonas ao afirmar que a escola exerce uma influência positiva e pode sim ser meio de combate e prevenção da criminalidade, também demonstraram uma espécie de frustração aliada a um sentimento de desresponsabilização diante da criminalidade. Acreditam que apesar de a escola se constituir em espaço de transformação, não exerce função determinante em relação ao combate e prevenção da criminalidade na idade adulta, mas em contrapartida, acreditam que ela pode ser determinante na fase da infância e da adolescência.

Observa-se pelo discurso das entrevistadas que à escola, e em especial aos professores é atribuída uma parcela de responsabilidade muito grande em relação a missão de combater a violência. Entende-se que tal cenário é propício à escala da violência, tanto em relação ao que adentra os muros escolares quanto ao que se processa no seu interior, a partir de sua dinâmica institucional. Antes caracterizada como externa à escola, a violência passa a fazer parte do cotidiano escolar, transformando uma realidade para a qual os professores, de modo geral, se sentem impreparados. Todas as educadoras entrevistadas admitiram alguma impreparação para lidar com situações envolvendo violência infantil, não pela falta de sensibilidade ao problema, mas pela ausência de suporte para um trabalho de prevenção e combate mais efetivo.

4. Conclusão: Contribuições e limitações do estudo

Com este estudo, pretendemos contribuir de forma positiva para que os problemas trazidos pela vitimização infantil sejam investigados e quem sabe até mesmo sanados de uma vez por todas. Procuramos ouvir os educadores, pois eles são indivíduos que exercem grande influência sobre as crianças e na grande maioria das vezes, percebem situações de vitimização sofridas pelos alunos, por sua condição de cuidadores ainda que de maneira secundária. Buscamos como diferencial, considerar o ponto de vista dos educadores, uma vez que os mesmos desempenham um papel igualmente importante na socialização dos jovens, na identificação e sinalização dos mais diversos tipos de violência, aos quais as crianças e os adolescentes são submetidos diariamente. Mantivemos a temática, que é investigar os alcances da vitimização infantil, mas buscamos diferenciar os participantes, neste caso, os educadores, por ser algo inovador. Geralmente, nesse tipo de pesquisa, a coleta de dados é realizada a partir da perspectiva

dos pais ou das crianças. Contudo, o que se espera é que de igual sorte, se possa contribuir na prevenção e combate destes fenômenos, que tanto afligem e comprometem o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Destacamos como ponto positivo da pesquisa, o facto das entrevistadas terem experiência em relação a temática abordada e conhecerem a teoria que está por de trás dos comportamentos apresentados pelas crianças, o que de certa forma é bastante confortante, ainda que se qualifiquem como despreparadas para lidar com o problema da vitimização infantil.

Como fragilidades do estudo, apontamos o facto de termos apenas entrevistado participantes do gênero feminino. Talvez, como possibilidade de novas perspectivas, seria positivo trazer a visão de educadores também do sexo masculino. Outro ponto que merece ser lembrado, se deve ao facto das educadoras não disporem de tempo livre para que as entrevistas fossem realizadas pessoalmente, pois era essa a intenção inicial da pesquisadora. Ainda sobre a entrevista, ficou evidente para a entrevistadora, que as participantes reforçaram em vários momentos a necessidade de praticar a escuta sensível e o afeto para evitar que as crianças ingressem no mundo da criminalidade, porém, ao falarmos sobre o papel dos educadores em relação ao combate do comportamento criminoso na idade adulta, não foi possível perceber que as práticas de escuta sensível e afeto permaneciam sendo importantes.

Por fim, por ser o assunto muito atual, sugere-se que novas pesquisas possam ser realizadas, e talvez possam ser alargadas a outros agentes educativos tais como funcionários da escola, entrevistas com Orientador Educacional, Pedagogo de Equipes de Apoio à Aprendizagem, Conselheiros Tutelares e até mesmo membros do Ministério Público, por exemplo. Sugere-se, ainda, a realização de estudos longitudinais, para que se possa analisar de maneira concreta e fidedigna os impactos da vitimização infantil no percurso desenvolvimental das crianças e a interferência em sua conduta.

Ressalta-se como ponto que merece destaque e uma possível intervenção, o facto de as educadoras, todas especialistas em Educação Infantil, se julgarem despreparadas para lidar com a problemática. Grande parte delas, afirmou que é importante e necessária a implementação e oferta de cursos de formação voltados para esse tipo de problema, não só voltados para os educadores, mas para os agentes educativos que lidam diretamente com as crianças. Destaca-se a importância desse tipo de intervenção, pois se caracteriza numa forma de munir-las com as ferramentas necessárias para identificar, sinalizar e intervir adequadamente em casos de violência contra crianças e adolescentes e assim, fomentar junto das crianças a revelação das situações abusivas; criar recursos no contexto escolar para apoiar crianças/jovens que sofreram deste tipo de abusos, etc.

Referências

Aiello, A. L. R., & Williams, L. C. A. (2000). O Papel do Inventário Portage Operacionalização em Programas de Educação Precoce. *Anais do 39º Encontro das APAES do Paraná. Educação Especial: para ser e compreender, v. 1.* (pp. 22-35). Bela Vista do Paraíso, Paraná.

Alvarez, A. S., Moraes, M. C. L., & Rabinovich, E. P. (1998). Resiliência: Um estudo com brasileiros institucionalizados. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 8*(1/2), 70-75.

Alves, P. (2002). *Infância, tempo e atividades cotidianas de crianças em situação de rua: As contribuições da teoria dos sistemas ecológicos*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (1998). Crianças vítimas de abuso sexual: alguns aspectos observados em seu desenvolvimento. *Psicologia, Reflexão e Crítica, 11* (3), 559-578.

American Academy of Pediatrics (2002). The psychological maltreatment of children-technical report. *Pediatrics, 109*(4), 1-3.

American Psychiatric Association (2000). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (4a ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.

Ariès, P. (1978). *História social da infância e da família*. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro.

Azevedo, M. A. (1989). Conseqüências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes. In: Guerra, Viviane Nogueira de Azevedo (Coord.), *Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder* (p. 143-163). São Paulo: Iglu.

Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1988). *Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Roca.

Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1995). *A violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo: Robe Editora.

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barnett, D. (1997). The effects of early intervention on maltreating parents and their children. In: M. J. Guralnick. *The effectiveness of early intervention*. (pp. 147-170). Baltimore: Paul Brookes.

Bee, H. L. (1995). *The developing child* (7a ed.). New York: HarperCollins College Publishers.

Beebe, D.K. (1998). Sexual assault: the physicians role in prevention and treatment. *J Miss State Med Assoc*, 39, 366-9.

Bolsoni-Silva, A. T.; Del Prette, A., & Oishi, J. (2003). Habilidades sociais de pais e problemas de comportamento de filhos. *Revista Argumento*, 9, 11-29.

Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.

Bringiotti, M. I. (2000). *La escuela ante los niños maltratados* (pp.15-76). Buenos Aires: Paidós.

Brancahona, P. G., & Williams, L.C.A. (2003). Crianças expostas à violência conjugal: uma revisão de área. In: M. C. Marquezine, M. A. Almeida, S. Omote, & E. D. O. Tanaka (Org.). *O papel da família junto ao portador de necessidades especiais* (Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial, v. 6). (pp. 123-130) Londrina: Eduel.

Brino, R. F., & Williams, L. C. A. (2003a). Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cadernos Pesquisa*, 119, 113-128.

Brino, R. F., & Williams, L. C. A. (2003b). Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. *Interação em Psicologia*, 7(2), 1-10.

Cáceres, L. (1998). *Técnicas de investigación en sociedad, cultura y comunicacion*. Argentina: Addison Wesley Longman: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.

Caminha, R. M. (1999). A violência e seus danos a crianças e ao adolescente. In: AMENCAR (Org.). *Violência Doméstica* (pp. 43-60) Brasília: UNICEF.

Campehouth, L. & Quivy, R. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Cardoso, L. C. (2001). *Impacto da violência doméstica sobre a saúde mental das crianças*. Monografia de Conclusão de Curso não publicada. Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Carpena, M. E. F. (1999). *Família de meninos em situação de rua na cidade de Caxias do Sul: Locus de controle, situação atual de vida e expectativas para o futuro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Cohn C., & Matsuda, N.E. (1991). Crimes sexuais e sexologia forense: estudo analítico. *Rev Paul Med* 1991; 109, 157-64.

Corbin, J. & Strauss, A. (2008). *Basics of Qualitative Research*. California: Sage publications, Inc.

CRAMI. (2000). *Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância*. São José do Rio Preto: Insight.

De Antoni, C., & Koller, S. H. (2001). O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(1), 14-29

Ferreira, R. M. F. (s.d.). *Meninos de rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo: Prol.

Figueiredo, L. C. (1995). Entrevistas. *Cadernos de Sujetividade*, 5 (3), 18-20.

Fontes, R. (2005). Criança. *Revista Presença Pedagógica*, 11 (61), 3-5.

Fortin, M. (2003). *O processo de investigação da concepção à realização*.

Loures: Lusociência.

Fox, G. L., & Benson, M. L. (2003). *Children in violent households: risk and protective factors in family and neighborhood Contexts*. II Congresso Internacional de Violência na Infância e na Família. República Tcheca.

França, F. M. (2003). *Os efeitos da denúncia da mulher sobre a violência física e psicológica do parceiro agressor*. Monografia de Conclusão de Curso não publicada, Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Gallo, A. E., & Williams, L. C. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 81-95.

Garmezy, N. (1985). Stress-resistant children: the research for protective factors. In: J. E., Stevenson (Org.). *Aspects of Current Child Psychiatry Research*. Oxford: Pergamon.

Gobbi, B., Silva, C. & Simão, A. (2005). *O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método*. Lavras, (pp 70- 81).

Goffman, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1982

Gomide, P. I. C. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. In: A. Del Prette & Z. Del Prette (Orgs). *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem* (pp. 21-60). Campinas: Alínea.

Guralnick, M. J. (1998). The effectiveness of early intervention for vulnerable children: a developmental perspective. *American Journal on Mental Retardation*, 102(4), 319-345.

Hawley, D. & DeHaan, L. (1996). Toward a definition of family resilience: Integrating life span and family. *Family Process*, 35, 283-298.

Holden, G. W., Geffner, R., & Jouriles, E. N. (1998). *Children exposed to marital violence: theory, research, and applied issues*. Washington: American Psychology Association.

Hughes, H. M., Graham-Bermann, S. A., & Gruber, G. (2001). Resilience in children exposed to domestic violence. In: S. J. Meisels & J. P. Shonkoff (Orgs). *Handbook of early childhood intervention*. (pp. 67-90). Nova York: Cambridge University Press.

Hutz, C. S., Koller, S. H. & Bandeira, D. R. (1996). Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. *Coletâneas da ANPEPP*, 1(12), 79-86.

Jardim, C. (2003). *Brincar – um campo de subjetivação na infância*. São Paulo, Annablume; Fortaleza: Secult.

Kim-Cohen, J., Moffitt, T. E., Caspi, A., & Taylor, A. (2004). Genetic and environmental processes in young children's resilience and vulnerability to socioeconomic deprivation. *Child Development*, 75, 651-668.

Koller, S. H. (1999). Violência doméstica: uma visão ecológica. In: AMENCAR (Org.). *Violência doméstica* (32-42). Brasília: UNICEF.

Kuhlmann, M. (1998). *Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação.

Kumpfer, K. L., & Alvarado, R. (2003). Family-strengthening approaches for the prevention of youth problems behaviors. *Psychological Association*, 58(6-7), 457-465.

Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 de julho). Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*.

Lisboa, C., Koller, S. H., Ribas, F. F., Bitencourt, K., Oliveira, L., Porciuncula, L. P., & De Marchi, R. B. (2002). Estratégias de *coping* de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 15 (2), 345-362.

Lordelo, E. R. & Carvalho, A. M. A. (1999). Estratégias de comunicação em situação poliádica de creche. *Cadernos de Pesquisa*, 106, 173-190.

Luthar, S. S., & Zigler, E. (1991). Vulnerability and competence: A review of research on resilience in childhood. *American Journal of Orthopsychiatry*, 61 (1), 6-22.

Martineau, S. (1999). *Rewriting resilience: a critical discourse analysis of childhood resilience and the politics of teaching resilience to "kids at risk"*. Tese de doutorado não-publicada, The University of British Columbia, USA.

Maldonado, D. P. A., & Williams, L. C. A. (2005). O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica? *Psicologia em Estudo*, 10(3), 353-362.

Maia, Joviane Marcondelli Dias e WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de Albuquerque. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2005000200002. 2005, vol.13, n.2, pp. 91-103. ISSN 1413-389X.

Minayo, M. C. S. (2002). O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In M. F. Westphal. *Violência e criança*. São Paulo: Edusp.

Ministério da Saúde & Ministério da Justiça (2001). *Direitos humanos e violência intrafamiliar*. Brasília: Ministério da Saúde.

Ministério da Saúde (2002). *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília: Ministério da Saúde.

Ministério da Saúde. Brasil. (2002). *Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.

Monteiro, L., Abreu, V. I., & Phebo, L. B. (1997a). *Maus tratos contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção: guia de orientação para profissionais*. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados.

Monteiro, L., Abreu, V. I., & Phebo, L. B. (1997b). *Abuso sexual: mitos e realidade* (3a ed.) Petrópolis: Autores & Agentes & Associados.

Moura, M.C. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

O'Leary, K. D. (2001). Psychological abuse: a variable deserving critical attention in domestic violence. In: K. D, O'Leary & R. D., Maiuro. *Psychological abuse in violent domestic relations* (pp. 03-28). New York: Springer Publishing Company.

Padilha, M. G. S. (2002). Abuso sexual contra crianças e adolescentes: considerações sobre os fatores antecedentes e sua importância na prevenção. Em: H. J.Guilhard; P. P. Queiróz; M. B. Madi & A. C. Scoz (Orgs). *Sobre comportamento ciência e cognição: contribuições para a construção da teoria do comportamento*, Vol. 10 (pp. 209-220). Santo André: ESETEC.

Pinheiro, Â. (2001). *A criança e o adolescente no cenário da redemocratização: representações sociais em disputa*. Tese de Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Poletto, R. & Koller, S. H. (2002). Rede de apoio social e afetivo de crianças em situação de pobreza. Link <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n3/a09v25n3> último acesso em 7 abr 2015.

Priore, M. (2000). *História das crianças no Brasil* (Org.). São Paulo: Contexto.

Rae-Grant, N., Thomas, B. E., Offord, D. R., & Boyle, M. H. (1989). Protective factors, and the prevalence of behavior and emotional disorders in children and adolescents. *Journal of American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 28(2), 262-268.

Reichenheim, M. E.; Hasselmann, M. H. & Moraes, C. L., 1999. Conseqüências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: Contribuições para a elaboração de propostas de ação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4:109-121

Reppold, C. T., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In: C. S., Hutz, (Org.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp. 7-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Rizzini, I. (2000). *Pequenos trabalhadores do Brasil*. In: Priore, M. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Roque, H. 1999. Objecto, âmbito e elementos constituintes de um contrato de autonomia. In: A. AFONSO; C. RAMOS; H. ROQUE; J. ALVES (orgs.), *Que fazer com os contratos de autonomia*. Porto, ASA, p. 13-27.

Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611.

Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57 (3), 316-331.

Silva, D. F. M., & Hutz, C. S. (2002). Abuso infantil e comportamento delinqüente na adolescência: prevenção e intervenção. In: C. S., Hutz, (Org.). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp. 151-185). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Sinclair, D. (1985). *Understanding wife assault: a training manual for counselors and advocates*. Toronto: Ontario. Publishing Company.

Tavares, J. (2001). *Resiliência e Educação*. São Paulo, SP : Cortez.

Velho, Gilberto. (1999). *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar. _____ . (1986). *Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Wittemore, R. D., & Beverly, E. (1989). Trust in the mandinka way: the cultural context of sibling care. In P. G. Zukow (Ed.), *Sibling interaction across cultures: theoretical and methodological issues* (pp.26-53). New York: Springer-Verlag

Werner, E. E. (1998). Protective factors and individual resilience. In: S. J., Meisels, J., & P. Shonkoff (Orgs). *Handbook of Early Childhood Intervention*. (pp. 97-116). Nova York: Cambridge University Press.

Werner, E. E., & Smith, R. S. (1989). *Vulnerable but invincible: a longitudinal study of resilient children and youth*. New York: McGraw-Hill.

Williams, L. C. A. (2002). Abuso sexual infantil. In H. J. Guilhardi, M. B. B. Madi, P. P. Queiroz, & M. C. Scoz (Org.). *Sobre comportamento e cognição: Contribuições para a construção da teoria do comportamento*, Vol 10 (pp155-164). Santo André: ESETec., 160-166.

Windon, C. S. (1989). The cycle of violence. *Science*, 244 (pp 161-165)

Wittemore, R. D., & Beverly, E. (1989). Trust in the mandinka way: the cultural context of sibling care. In P. G. Zukow (Ed.), *Sibling interaction across cultures: theoretical and methodological issues* (pp.26-53). New York: Springer-Verlag.

Anexos

Guião de Entrevista Semiestruturada

(A conduzir junto de educadores)

(Edilene Teixeira e Sónia Caridade)

Universidade Fernando Pessoa

Introdução

Esta entrevista tem por objetivo conhecer a percepção dos educadores sobre a influência que as experiências de vitimização infantil poderão ter no comportamento desviante e/ou criminal dos jovens.

São dadas garantias de confidencialidade e de anonimato, ou seja, tudo o que conversarmos ficará entre nós, o seu nome não será revelado a ninguém e as informações que nos fornecer não lhes serão associadas.

Por isso, agradecemos que nos responda com a máxima sinceridade, dizendo-nos simplesmente aquilo que pensa sobre este tema, tendo por base a sua experiência profissional com crianças.

Por favor, assinale se concorda em participar

DADOS SOCIODEMOGRAFICOS

Idade: _____	Sexo: _____	Habilitações: _____	
Anos	de	experiência	profissional:

GUIA DE ENTREVISTA VITIMIZAÇÃO INFANTIL

1.1. Tendo em conta a sua experiência profissional com crianças, indique os tipos de vitimização mais sofridos pelas crianças na sua infância (pode assinalar mais do que uma opção):

- Maus tratos parentais (físicos e psicológicos)
- Negligência parental
- Exposição à violência interparental
- Violência por pares
- Abuso sexual
- Trabalho/exploração infantil
- Tráfico de crianças
- Outros (pedir para indicar quais)

1.2. Dos tipos de vitimização assinalados, quais é que acha que são os mais frequentes?

1.3. No seu entender o que é mais frequente: a vitimização de uma única forma de mau trato ou a ocorrência de múltiplas formas de mau tratos? Justifique sua resposta.

1.4. Que faixa etária considera ser a mais vulnerável para a prática/experienciação de maus tratos?

1.5. Considera que existem diferenças de sexo ao nível da vitimização infantil?

1.6. No seu entender, quais os fatores de risco para a vitimização infantil?

1.7. Na sua opinião, quais as repercussões da vitimização infantil no desenvolvimento da criança?

INFLUÊNCIA DA VITIMIZAÇÃO INFANTIL NA SUA CONDUTA

2.1. No seu entender, de que forma a vitimização infantil se relaciona com o comportamento desviante?

2.2. No seu entender, de que forma a vitimização infantil pode levar a adoção de uma carreira criminal futura?

2.3. Que variáveis/fatores poderão moderar esta relação?

RECURSOS E RESPOSTAS DE COMBATE À VITIMIZAÇÃO INFANTIL

3.1. Considera que as escolas estão devidamente preparadas para combater a vitimização infantil?

3.2. Que recursos conhece que podem ser ativados em contexto escolar para fazer face aos maus tratos infantis?

3.3. No seu entender, qual o papel das escolas e em particular dos educadores na prevenção do comportamento desviante das crianças e adolescentes?

3.4. No seu entender, qual o papel das escolas e em particular dos educadores na prevenção do comportamento criminal na idade adulta?

MUITO OBRIGADA PELO